

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ASSENTAMENTO RURAL – JUVENTUDE E TRABALHO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Goiânia, agosto de 2007.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ASSENTAMENTO RURAL – JUVENTUDE E TRABALHO

Aluna: Nilda Ferreira dos Santos
Orientador: Prof^o. Dr^o. Jordão Horta Nunes

Goiânia, agosto de 2007.

Dedico este trabalho ao meu amor, companheiro de todas as horas, Marcelo e
à filha querida que está chegando, enchendo nossas vidas de esperança,
Maria Bárbara.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar e sobre todas as coisas.

A minha família: meus pais, irmãos, sobrinhos, tios e primos que têm me acompanhado durante a longa caminhada acadêmica sempre incentivando e colaborando para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos pelo carinho e compreensão nos vários momentos em que estive ausente.

Aos professores e colegas do mestrado que muito contribuíram para meu crescimento acadêmico.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Jordão Horta Nunes, pela dedicação e incentivo durante toda a orientação, sem deixar de lado o rigor das correções.

A família de Josué, pela acolhida e pelas as informações importantes que obtive durante o trabalho de campo no Projeto de Assentamento Che.

Aos primos Altina e José, pelo apoio e carinho durante todos os momentos em que precisei ir a campo.

RESUMO

A partir do processo de luta pela terra inserido em um importante movimento social – MST – o presente trabalho procurou compreender a realidade dinâmica da luta por reforma agrária no Brasil. A preocupação central desta pesquisa esteve voltada para os jovens enquanto atores sociais capazes de darem continuidade à luta iniciada pelos pais.

A pesar de ainda haver poucos estudos sobre a realidade dos jovens do campo, a maior parte da bibliografia consultada demonstra que poucos deles têm interesse em permanecer no campo. Não vêm no trabalho realizado no campo um meio de obter renda capaz de garantir um futuro melhor. Isto se acentua ainda mais quando se trata de jovens que pertencem a um Projeto de assentamento, como é o caso desta pesquisa.

Sendo assim, diante da perspectiva desmotivadora destes jovens, os projetos de reforma agrária parece tornarem-se inviáveis em longo prazo. Esta pesquisa procurou compreender, partindo da concepção dos jovens do assentamento “Chê”, como se constitui esta realidade hoje. Levando-se em conta que esta é uma realidade dinâmica, neste trabalho podemos perceber os vários aspectos que levam a motivação ou desmotivação dos jovens em permanecer no campo.

Hino à Santa Rosa de Lima

(Padroeira do Projeto de Assentamento Che, Fazenda Santa Rosa)

REFRÃO

Viva a nossa Padroeira
Da América Latina
Mulher forte e amorosa
Santa Rosa de Lima
Lutadora e camponesa
Tinha sua tradição
Sempre foi religiosa
Com o povo em oração

I

Com o seu povo trabalhava
Lá no campo tinha o poder
De proteger as plantações
Difícil luta pela vida contínua
Com muito amor aos excluídos
E às nações

II

Ela vivia sempre em contato
Com Deus em altas noites
Costurava em seu lar
Contemplativa de experiências
Místicas louvando a Cristo
Com o seu povo a cantar.

Autor: Sr. Antônio da viola (Assentamento Che)

“Camponês sem-terra não é apenas um sujeito desprovido de terra. É um
sujeito humilhado pelos grandes latifúndios”.

(João Pedro Stédile)

SUMÁRIO

Introdução.....	07
Apresentação.....	09
Capítulo I – Economia agrícola em Goiás	
1 – Trajetória: Das colônias aos Projetos de Assentamentos.....	20
Capítulo II – Luta pela terra: a atuação dos movimentos sociais no aprendizado coletivo	
1 – MST e CPT: participação destes atores sociais na consolidação dos assentamentos.....	31
2 – Assentamento – conquistar e permanecer: o difícil aprendizado...	45
Capítulo III – “A juventude no campo”	
1 – O conceito de juventude em geral e juventude assentada.....	53
2 – Jovens e o trabalho na terra: permanecer ou sair?.....	57
Capítulo IV – De assentados à pequenos produtores: a expectativa dos jovens quanto ao trabalho no campo	
1 – Terra conquistada – novos desafios.....	63
2 – Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO): uma opção na tentativa de manter os jovens no campo.....	67
3 – Aprendendo a permanecer – cursos profissionalizantes.....	70
Conclusão – A viabilidade dos Projetos de Assentamentos Rurais.....	76
Referência bibliográfica.....	85
Anexos.....	92

Introdução

O interesse pelo estudo de um assentamento rural partiu de um projeto de pesquisa intitulado *Sociabilidade de crianças e adolescentes na periferia de cidades e assentamentos rurais goiano: inserção no mundo do trabalho e educação*, do qual participei como bolsista do CNPq.

Na ocasião, a pesquisa focalizou três momentos distintos – *antes* e *durante* o acampamento, e *depois* de assentados. Quando já estão assentados surgem novos desafios marcando a dinâmica da vida daqueles que partem para a luta da terra. O simples fato de conquistar uma terra, via projeto de assentamento rural, não cessa os problemas das famílias que buscam sobreviver do trabalho no campo. A partir daí surge o interesse pelo objeto desta dissertação.

No projeto desenvolvido enquanto era bolsista, foram realizadas algumas entrevistas com as famílias, que posteriormente, já na dissertação, serviram como base de apoio e sugestão para a aplicação de novas entrevistas.

Para compreender as motivações que levaram estas famílias a enfrentar todo um processo de luta, foi necessário questionar cada momento nesta dinâmica social. O *antes* foi resgatado pela memória dos pais ou responsáveis através de entrevistas elaboradas anteriormente. O *durante* ainda trazia um pouco daquilo que foi relatado nas entrevistas – uma idealização da terra como provedora que dá vida, como meio de sobrevivência e garantia de um futuro melhor aos filhos através do trabalho na terra.

No primeiro momento, os pais pensavam em possuir uma terra, trabalhar nela e passar para os filhos este legado, de ter uma vida digna na terra. Tinham consciência de que, possivelmente, não ficariam ricos. Ainda assim voltar para cidade era algo totalmente fora de seus planos. Somente após algum tempo de

assentamento é que esta visão da terra, até certo ponto romantizada, começa a tomar novas proporções.

Diante das dificuldades que surgiam, os adultos passaram a ver o trabalho na terra de uma outra forma, diferente da perspectiva que tinham anteriormente. A renda do assentamento acaba ficando somente para as despesas básicas como a alimentação, vestuário e pagamento de energia elétrica. Isso leva os pais a refletir sobre o trabalho na terra nos dias atuais e a desejar novos rumos para os filhos, conforme nos revela as entrevistas agora aplicadas no assentamento.

É neste momento que particularmente interessa a opinião dos jovens sobre o trabalho no campo. É a possibilidade deles permanecerem no campo, dando continuidade ao trabalho dos pais e desta forma, viabilizando a luta pela terra. Assim, foi necessário enfocar, nas entrevistas, as mudanças ocorridas na cultura do trabalho e na concepção sobre as atividades na terra como meio de sobrevivência. Portanto, o recurso metodológico priorizado nesta pesquisa científica, foram as entrevistas semi-estruturadas, além das conversas informais e das observações realizadas nas várias idas à campo.

Um levantamento bibliográfico nos permitiu perceber a dinâmica do trabalho no campo. Estes dados secundários nos revelam uma certa descrença dos jovens rurais em permanecer no campo desenvolvendo atividades agrícolas. Outra questão importante é o fato de que esta categoria (jovens rurais), têm sido pouco contemplada nos meios acadêmicos.

Diante desta dinâmica, não dá para ser pessimista acreditando que somente a cidade tem oferecido oportunidades de trabalho aos jovens em geral. Novas perspectivas têm surgido como alternativa aos jovens rurais.

Apresentação

Goiás, assim como outros estados brasileiros, passa a se desenvolver economicamente a partir do processo de ocupação do vasto território nacional. Historicamente, este processo poder ser dividido em três fases (Carneiro, 1988).

A primeira compreende o período de descobrimento das minas de ouro, que gera um grande fluxo migratório até 1780. Com o esgotamento das minas auríferas, a agricultura e a pecuária extensiva tornam-se as únicas atividades econômicas possíveis. A pecuária extensiva reforça a formação de grandes propriedades e a relação de autoritarismo, típica da política dos Coronéis – Coronelismo (Campos, 1975). Até 1930, a política em Goiás se limitava às sucessões entre as famílias Bulhões e Caiados.

A segunda fase inicia-se por volta de 1913, com a chegada da ferrovia à cidade de Ipameri. Goiás tornou-se um grande produtor de grãos, principalmente milho, arroz e feijão com vistas a atender as exigências do mercado nacional e internacional. A propriedade, contudo, encontrava-se concentrada nas mãos de uma pequena elite. Até 1920, não se registrava a existência de ocupantes, posseiros em Goiás (Carneiro, 1988).

O período conhecido como “Marcha para o Oeste” constitui uma terceira fase. A partir de 1938, o Estado Novo, com a intenção de promover a ocupação dos vazios demográficos e a integração do vasto território nacional, promoveu alguns projetos de colonização como forma de legitimar uma “Reforma Agrária” controlada. Tais projetos visavam a promoção do desenvolvimento rural através da expansão do capitalismo no campo, o que agravou ainda mais questão agrária no país. No caso de Goiás, inicia-se em 1941 a implementação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás), que discutiremos no primeiro capítulo.

Para uma melhor compreensão do objeto discutido nesta dissertação, utilizamos o conceito de Representação Social. Antes de recorrer a este conceito para complemento teórico desta pesquisa, é preciso buscar sociologicamente sua origem.

Durkheim se destaca como o primeiro autor a trabalhar o conceito de Representação Social quando define as Representações Coletivas como categorias de pensamentos através das quais uma determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Para ele, essas categorias não são dadas *a priori* nem são universais. Elas surgem ligadas aos fatos sociais, tornando-se elas mesmas, fatos sociais que podem ser observados e interpretados.

Na teoria durkheimiana é a sociedade que pensa, portanto, as representações não são necessariamente “sentidas”, “percebidas” pelo indivíduo.

As Representações Sociais são hoje definidas como um “saber” que diz algo sobre a realidade, uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 2001). Também designada como senso comum, saber ingênuo difere do conhecimento científico. Porém, devido a sua importância na vida social e nas interações sociais, torna-se indispensável na produção do conhecimento.

Nesta dissertação, a contribuição de Bourdieu também se torna importante, especialmente quanto à elaboração dos conceitos de *habitus* e *campo*. O *habitus*, segundo Bourdieu, deve ser entendido não como espírito universal, nem como uma razão humana, mas o *habitus* como a ação de um agente, ressaltando o lado ativo do conhecimento prático.

Resumidamente, o conceito de *habitus* está ligado aos valores, costumes que são internalizados, se constitui como uma pré-disposição para agir de determinada maneira, que reflete a forma de socialização no grupo. Se constitui ainda como uma disposição estruturada que também é estruturante, ou seja, produto das estruturas sociais, sem ser uma simples reprodução delas. Também pode ser definido como o acúmulo de capital simbólico denominado pela interiorização daquilo que é exterior e, posteriormente, exteriorização do que foi internalizado (Bourdieu, 2002).

O conceito de *campo* será utilizado nesta pesquisa para o entendimento das esferas econômicas, sociais e culturais que estão presentes na análise do assentamento a que me proponho analisar. Para Bourdieu, o *campo* é um estado de relações objetivas perpassadas pelo poder. E dentro de um *campo*, seja ele econômico, social, cultural, religioso, existem várias posições e, para cada posição, um *habitus* diferente. Bourdieu se interessa pela posição que o indivíduo ocupa dentro de um determinado *campo*, pois é a partir desta posição que se determina a relação do sujeito dentro de um grupo social.

Para Bourdieu, o saber científico não pode ser construído apenas sobre as bases do racionalismo nem tão pouco com ênfase em um empirismo radical. O objeto é construído e para tanto, não se deve priorizar apenas uma forma de construção do conhecimento. Neste sentido, nesta perspectiva dual, Bourdieu é constantemente citado em obras que trazem o conceito de Representação Social como forma de se conhecer uma dada realidade social.

No livro *As representações sociais*, Doise escreve sobre a estreita relação entre Atitudes e Representações Sociais, ou seja, entre valores sociais e atitudes psicológicas. Os valores sociais representam objetivamente o modo de vida social

e coletivo enquanto as atitudes são vistas como tendências ou, nas palavras de Bourdieu, disposições para agir, tão objetivas quanto às primeiras. Assim, as atitudes e até as mudanças de atitudes representam uma determinada posição que indivíduo ocupa em seu grupo social.

Os psicólogos americanos passam a dar especial atenção à realidade social no período pós-guerra contra a Alemanha nazista porque neste momento surge a necessidade de propagandas contra o nazista porque neste momento surge a necessidade de propagandas contra o nazismo e, portanto, a difusão de atitudes democráticas. As opiniões e atitudes são importantes para manter os vínculos entre os indivíduos de um mesmo grupo. E nesta relação é fundamental o estudo das relações sociais.

Para Bourdieu, a imprensa representa um princípio gerador de tomada de posições que será mais ou menos eficaz, dependendo da posição que seu leitor ocupa no campo das classes e posição de seu jornal. Assim, as representações sociais são princípios organizadores das relações simbólicas entre os atores sócias (Doise 2001, p.193).

Outra grande contribuição de Bourdieu (2003) provém do livro *As estruturas sociais da economia*, no qual enfatiza como o mundo social está presente em cada “ação econômica”, criticando a posição radical de alguns economistas. Nesta obra, Bourdieu diz que é necessário romper radicalmente com a chamada ciência pura e propõe que na análise das disposições dos agentes, seus sentimentos e suas necessidades sejam levados em consideração.

Bourdieu demonstra, neste texto, que a economia nunca é tão neutra como pretende crer e fazer crer. Enuncia como exemplo, a economia neoliberal que tende atualmente, a se impor ao mundo inteiro através de instituições como FMI

(Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial. Este modelo de desenvolvimento econômico está imerso em uma sociedade particular (Estadunidense).

Para melhor elucidar a estreita ligação entre as esferas econômicas e sociais, Bourdieu procura demonstrar que até mesmo a compra, a aquisição de um bem, resulta de características particulares em que o componente simbólico ocupa um lugar de destaque. Os investimentos e aplicações envolvem, além dos aspectos econômicos, razões afetivas particularmente importantes.

Segundo Bourdieu, em muitas sociedades, a construção de uma casa nova envolve, como na antiga Cabília, uma empreitada coletiva, que congrega todo o grupo familiar/consangüíneo em uma tarefa voluntária. A aquisição de uma casa tem propriedades históricas, não se caracterizando como um mero bem capital. Ter uma casa significa vontade de criar um grupo permanente, no caso, a família.

Assim, também os assentados – retomando agora o objeto desta dissertação – percebiam a terra como um bem capaz de manter a família. A terra então aparece como uma necessidade socialmente construída. Todo o sistema ideológico e estratégia de fixação do homem no campo, incluindo aí o processo de educação e conscientização, criou uma necessidade, procurando sempre satisfazer os interesses dos envolvidos, no caso, os trabalhadores Sem Terra.

Pensando na estrutura desta dissertação, procuramos trabalhar com três tipos de representações: a primeira, que se constitui como uma *representação do tipo tradicional* da vida no campo, refere-se à visão da terra como meio de sobrevivência, garantia de futuro melhor para os filhos, portanto, uma visão mais tradicional; a segunda, *representação idealizada*, é aquela em que os atores estão unidos por um objetivo em comum – luta pela terra –, momento em que se

dá todo um processo de conscientização da legitimidade desta luta; e, por último, as *novas representações* que têm surgido, embora ainda poucas, refere-se ao período em que já estão assentados, surgindo aí uma nova perspectiva, uma nova visão sobre o trabalho a terra como meio de sobrevivência.

A partir de fontes secundárias e também das pesquisas de campo, procuramos compreender estas novas representações, que parecem existir e que integram a cultura do trabalho no campo. A terra deixa de ter o sentido de representação tradicional, nesta última denominação, ou seja, deixa de ser vista como meio de sobrevivência capaz de garantir por si só um futuro melhor. Ainda é valorizada como lugar de tranqüilidade, sossego, vida saudável, e a cidade só é buscada como alternativa ao emprego.

Mesmo com as mudanças ocorridas, o fato deterem um pedaço de terra, serem considerados e respeitados como pequenos proprietários faz com que os assentados considerem que o período de luta pela terra, no acampamento, debaixo de barracas, não tenha sido em vão.

Muitos jovens ainda manifestam o desejo de permanecerem no campo. Porém, o fato da terra ser muito pequena, inviabiliza sua permanência na terra como projeto de vida e futuro melhor. À medida que vão crescendo, estudando ou até mesmo constituindo família, os jovens procuram cada vez mais a cidade como meio de lhes garantir trabalho e renda para o sustento da família ou para a concretização de seus sonhos.

A maneira como a juventude rural – rapazes e moças – têm pensado o universo do trabalho, as transformações nele ocorridas foram fundamentais para as conclusões desta pesquisa. Seus desejos e aspirações quanto ao futuro são

importantes para perceber se estes estão ligados a uma vida no meio rural ou se referem a outras formas de cultura de trabalho.

O assentamento Che, objeto de análise desta dissertação, está localizado no município de Itaberaí, a 92 quilômetros de Goiânia. A escolha deste assentamento se deu pelo fato de que já conhecemos a região, e principalmente por este ter ocorrido em 1996, mesmo ano do massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará (conflito entre policiais militares e trabalhadores rurais sem terra, em que 19 trabalhadores foram mortos), o que levou Itaberaí aos destaques dos principais jornais do país.

Neste mesmo ano, cerca de 300 famílias invadiram – sob a orientação do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) – a fazenda Santa Rosa naquele município alegando que esta seria improdutiva e, portanto, adequada para a reforma agrária. Ali montaram acampamento e lhe deram o nome de “Che”, em homenagem a um dos líderes da Revolução cubana – Ernesto Che Guevara. A própria nomeação do acampamento denota o cumprimento das orientações de coordenadores do MST, enfatizando que o nome dos acampamentos deve fazer referências a grandes líderes revolucionários.

No momento em que se encontravam acampados, recebiam constantemente apoio, orientação, e, principalmente, são conscientizados dentro de um processo educativo desenvolvido pelo MST. O referido assentamento surgiu especificamente promovido e organizado sob as diretrizes deste movimento social.

A atuação do MST tem sido significativa na luta pela Reforma Agrária no Brasil desde a década de 80. A partir da atuação deste movimento os trabalhadores recebem informações e orientação política para atuarem de forma

consciente no processo de luta pela terra. A atuação política do MST se fez presente nesta dissertação no momento em que buscamos compreender como são repassados os ensinamentos para que os trabalhadores se conscientizem da legitimidade da luta pela terra.

Os assentamentos rurais surgem como alternativa à falta de emprego nas cidades e envolvem a fixação do homem à terra. Grosso modo, os assentamentos são vistos como garantia de sustento da família através do trabalho no campo (meio rural) – “representação do tipo tradicional”.

Antônio Cândido (1979), traz uma importante contribuição para elucidação dos aspectos referentes à cultura do homem do campo, no caso, do caipira, e sua cultura diante do trabalho no campo. Esta obra, contribui para elucidação dos aspectos referentes à representação do tipo tradicional sobre a vida no campo. O livro tornou-se uma referência para o estudo da cultura brasileira, principalmente por analisar a vida do “caipira”, habitante do campo até então marginalizado na sociedade. O estudo que ele apresenta está dividido basicamente em três partes em que procurou descrever a vida dos caipiras desde suas formações tradicionais, rústicas até a transformação desse grupo com o advento da modernização brasileira.

O termo “caipira” é utilizado por Antônio Cândido para designar os aspectos culturais exprimindo o modo de ser, tipo de vida e nunca um tipo racial. A sociedade caipira do tipo tradicional, segundo Antônio Cândido, estava condicionada ao estabelecimento de uma vida social do tipo fechada, com base na economia dos mínimos para a sobrevivência. Esta visão está mais próxima daquela que chamamos de *representação tradicional*. E aqui especialmente nos interessa a obra de Antônio Cândido.

O tipo de manifestação solidária mais importante na sociedade caipira é o mutirão, que além de solucionar o problema da falta de mão-de-obra nos grupos de vizinhança, também tem um caráter festivo, ponto marcante na cultura caipira. Este tipo de manifestação também está presente nesta pesquisa, principalmente quando se trata de uma visão mais tradicional da vida no campo.

A posse irregular de terras, tomadas à força, expulsando os pequenos proprietários, fez surgir o latifúndio produtivo. Assim, a cultura tradicional caipira não foi feita para o progresso, daí o surgimento de tantos estereótipos, como o da figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato.

Mudanças ocorridas na cultura caipira revelam a passagem de uma economia auto-suficiente para o âmbito da economia capitalista, o que não ocorre sem gerar uma crise social e cultural. A prática de uma agricultura comercial, porém, não excluí o caipira. Esta passa por transformações e adaptações, pois o aumento da dependência econômica condiciona um novo ritmo de trabalho por vezes incorporado às atividades urbanas.

Na realidade, segundo Antônio Cândido, o caipira teve que se adaptar penosamente a uma nova situação dentro do processo de urbanização e industrialização. Sem um planejamento mínimo, racional, a urbanização do campo se processou, de acordo com o autor, de maneira traumática no que se refere aos aspectos culturais e sociais.

Esta falta de planejamento parece se configurar até os dias atuais no que diz respeito à Reforma Agrária. A expulsão do homem do campo, as transformações ocorridas ao longo dos anos, reflete as mudanças observadas nesta pesquisa. Isto implica também em uma mudança na construção da identidade do homem do campo.

A representação do tipo tradicional encontra-se transformada ou em transformação, o que possibilita um novo olhar, uma nova perspectiva que surge principalmente aos mais jovens inseridos no meio rural.

A partir das entrevistas já realizadas com jovens neste assentamento, percebemos que há um consenso entre eles no sentido de que a terra, como lugar de trabalho e garantia de um futuro melhor, atualmente já não representa a perspectiva dos pais no momento que partiam para a luta da terra.

Os pais – que em geral têm ou tiveram vínculo com o campo – acreditavam que o trabalho na terra ainda poderia manter a união da família e garantir a sobrevivência do grupo. Porém, esta perspectiva tem se modificado principalmente na concepção dos jovens. Para eles, o trabalho na terra só dá futuro para os que têm uma grande quantidade, que não é o caso dos que são assentados.

Assim, partindo da perspectiva dos jovens, buscamos analisar as possíveis transformações ocorridas na cultura do trabalho que diferenciam a visão de jovens e adultos acerca do trabalho na terra.

O surgimento dessas novas representações pode estar relacionado às novas relações comerciais entre o campo e cidade, no caso de Itaberaí, com o surgimento de grandes plantações para fins comerciais, com inserção de novas tecnologias e maquinários cada vez mais modernos. Isto acaba de certa forma, desmotivando e/ou tornando inviável a prática modesta da agricultura de pequena escala, típica de assentamentos rurais.

Toda esta mudança leva a uma transformação na maneira de pensar a vida no campo, tanto para os jovens quanto para os adultos ali inseridos que também passam a perceber esta nova realidade. São estas mudanças, transformações

que têm nos levado a refletir sobre as novas relações de trabalho na terra, tema central nesta pesquisa.

No capítulo I, traçamos o perfil histórico da formação do Estado de Goiás especificando as relações de trabalho no meio rural desde a implantação das colônias até o surgimento dos assentamentos rurais.

O segundo capítulo tratou do resgate das representações que levaram os trabalhadores a partirem para a luta da terra mesmo conhecendo os riscos que envolvem está luta e também da contribuição do MST e CPT no processo de luta pela terra.

No terceiro capítulo, buscamos destacar o conceito de juventude enfocando principalmente aqueles jovens que vivem com campo.

No quarto capítulo e último capítulo, tratamos da realidade atual, ou seja, dos problemas, dificuldades e novas perspectivas que surgem depois de assentados. E como esta nova realidade influencia e motiva os jovens assentados que participaram do processo de luta pela terra.

Finalizando esta dissertação, apresentamos as conclusões da pesquisa realizada sempre destacando que esta se constitui numa realidade dinâmica, e que poderá nos mostrar novos resultados daqui algum tempo.

Capítulo I – Economia agrícola em Goiás

1 – Trajetória das colônias aos assentamentos rurais

A análise da formação econômica do estado de Goiás exige a compreensão da questão fundiária, essencial para a análise da estrutura econômica, social e política que sustentou o processo de formação deste estado.

A mineração e, conseqüentemente, as outras atividades ligadas ao abastecimento dos mineradores foram elementos catalisadores da formação econômica de Goiás. Neste aspecto é importante destacar o trabalho de AGUIAR (2003), embasada principalmente em registros paróquias que se encontram sobre a guarda da Procuradoria Geral do Estado.

Nas primeiras décadas do século XIX Goiás apresentava um vazio econômico decorrente da falta de integração entre o mercado tanto externo quanto interno. Tal situação levou um segmento de produtores a pressionar as decisões políticas e econômicas do governo. Nessa época Goiás passou por um crescimento populacional considerável, o que intensificou a ocupação de terras rurais, sendo a agropecuária a principal atividade, pelo fato de o gado ser autotransportável.

De acordo com AGUIAR (2003), com o novo alento do café, a partir de 1930, produto de ótima aceitação no mercado internacional, cresce o interesse pela terra. Apesar da cafeicultura só se efetivar bem mais tarde em áreas distantes como Goiás, o interesse pela posse e propriedade da terra se intensifica nesta região.

O período compreendido entre 1930 – 1945 marcou a sociedade brasileira em seus aspectos econômicos. O país passou, no período, de uma economia

agroexportadora para uma economia urbano-industrial ao mesmo tempo em que ocorriam as colonizações (DAVID, 2002).

As bases político-ideológicas do Estado Nacional a partir de 1937, tinham como meta a ocupação de áreas menos desenvolvidas, entre elas, o Estado de Goiás. Esta ocupação se deu principalmente através dos imigrantes que se concentravam, em geral, na região sul do Estado, servida pela rede ferroviária.

Elaine Dayell (1974) relata a primeira experiência de colonização ocorrida em Goiás, entre os anos de 1941 – 1951, onde já se evidenciavam os problemas que presenciamos hoje. A implantação das Colônias Agrícolas Nacionais – dentre elas, a de Goiás (CANG) – foi criada dentro do programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento a partir dos anos 40. As famílias com maior número de filhos (no mínimo cinco), teriam prioridade no cadastramento.

Localizada no Mato Grosso Goiano a área escolhida para a colonização favorecia a concentração demográfica em virtude da excelência de seu solo que permitia principalmente o cultivo de milho, arroz, cana e café. Antes da criação da CANG, a região escolhida já era visada por grupos econômicos que pretendiam valorizá-la em proveito próprio.

Em 1941 inicia-se a primeira fase da colônia que vai até 1951, sendo responsável por esta etapa o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão Carvalho Araújo. Neste período a região passa a atrair pessoas de várias regiões, principalmente mineiros, paulistas, nordestinos. Em números menos significativos, havia também gaúchos e até estrangeiros (americanos). Eles chegavam a pé, de caminhão, a cavalo, em carros de boi ou de trem até Anápolis seguindo o restante

do percurso como pudessem. De modo geral, os colonos formavam famílias paupérrimas.

Inicialmente ocupavam uma parte da terra e trabalhavam na derrubada de parte da mata para construir uma habitação primitiva e a primeira roça. Mas o plano inicial que previa 20 hectares com casa de tijolos, um burro, uma carroça, ferramentas e assistência técnica não foi cumprido. Em 1950 existia ali cerca de 4.000 famílias morando, em sua maioria, em choças muito precárias. Até esta data, somente 23 casas haviam sido construídas, alegando-se a falta de verba.

A construção de escolas agrícolas e a organização de uma cooperativa de produção, entre outras obras de infra-estrutura, fracassaram, e Bernardo Sayão atribuíria este resultado à mentalidade dos colonos – pobres e sem educação – que adotavam práticas agrícolas primitivas. A mentalidade dos colonos neste período, como menciona Sayão, está de acordo com a classificação que Antônio Cândido faz sobre o caipira do tipo tradicional, que não via a terra como possibilidade de obtenção de lucro, mas apenas como meio de garantir a sobrevivência da família.

Uma das principais preocupações de Bernardo Sayão, era a abertura de estradas. Para ele, a criação de estradas que possibilitassem a integração do Brasil de Norte a Sul, impulsionava o desenvolvimento da região, e assim, desviava-se de sua função como administrador da CANG. Por este motivo, ele foi considerado mais engenheiro do que agrônomo e sofreu severas críticas. Como engenheiro, arquitetava o desenvolvimento da região de forma a atender as necessidades que surgiam para o desenvolvimento do país naquele momento. Assim, planejava desenvolver um sistema de produção que pudesse atender às novas exigências do mercado em expansão.

As perspectivas dos colonos que para ali se deslocaram não estavam de acordo com as aspirações de Sayão. Os colonos desejavam obter a terra como meio de garantir o trabalho para a sobrevivência da família, numa perspectiva mais tradicional, sem os anseios do ponto de vista capitalista como desejava Sayão. Em 1950, ele foi exonerado do cargo de administrador da CANG, por um decreto, assumido em seu lugar o Dr. Dátis Lima de Oliveira que havia sido encarregado da Colônia do Pará.

Os objetivos da Colônia Nacional de Goiás, como a fixação do trabalhador no campo, o associativismo cooperativista, entre outros, não foram alcançados. Um dos principais motivos deste insucesso foi atribuído à falta de apóio do Governo Federal (DAYRELL, 1974).

Porém, quando considerados o programa de colonização e a marcha para o Oeste, vê-se que o insucesso da CANG foi apenas aparente. A criação das cidades de Ceres e até mesmo Goiânia e Brasília, aliadas à construção de importantes rodovias como a Belém-Brasília e a Transamazônica, destacam a importância deste suporte demográfico no avanço para o Norte. Neste sentido, as contribuições de Sayão como engenheiro foram válidas.

Vários motivos, entre eles a falta de qualificação dos colonos, que utilizavam técnicas primitivas de cultivo, e os núcleos vizinhos baseados em propriedades maiores, contribuíram desfavoravelmente para o insucesso da colônia. Mas a criação da comarca de Ceres possibilitou a expansão do sistema econômico brasileiro atendendo aos objetivos do Governo, que visava principalmente a expansão de novos territórios utilizáveis favorecendo o domínio econômico dos grandes proprietários e comerciantes.

No final da década de cinquenta, início dos anos sessenta, com a crise do Estado Novo, intensificaram-se os debates sobre as reformas estruturais, entre elas, a Reforma Agrária. “Nesse processo, os movimentos sociais rurais ganhavam força, destacando-se as ligas camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), entre outros” (DAVID, 2002, p. 28).

A partir da década de sessenta, a agricultura deu um passo importante com relação às técnicas de produção, resultando no processo de modernização do campo. Este período ficou conhecido como “modernização conservadora”, já que nem todos participaram dos benefícios desta.

As ligas Camponesas tiveram um importante papel nos primórdios do processo de luta pela terra. Em Goiás, o plano de governo, na gestão de Mauro Borges 1961-1964, consegue o apoio dos trabalhadores rurais e unifica as forças políticas do estado promovendo uma reforma agrária controlada por meio das colonizações.

Em 1963 surgem alguns núcleos de colonização como Tocantinópolis e Araguacema e os combinados agroureiros como os Arrais (CARNEIRO, 1988, P. 85). O governo de Mauro Borges foi marcado pela sua capacidade de conter as reivindicações do acesso a terra e ainda concilia os interesses da elite agrária. Segundo Pessoa (1999), pode-se dizer que depois de governo de Mauro Borges até os dias atuais, não houve melhora em relação à luta pela terra.

A partir de 1964, o governo militar passa a tratar a questão agrária como um problema de segurança nacional, eliminando a atuação de lideranças políticas e sindicais.

No início da década de 1970 o país experimentava um intenso processo de desenvolvimento econômico. Havia naquele momento uma grande preocupação em ocupar os espaços demográficos brasileiros, principalmente a Amazônia e o Centro-Oeste. A política Agrária no Brasil, baseada no Estatuto da Terra de 1964, englobava os planos de colonização como forma de impedir o alto grau de concentração da propriedade.

Em meados da década de 80 surge o MST, com o objetivo de lutar pela terra através de ocupações e acampamentos como forma de pressionar o Estado, retomando a organização dos trabalhadores do campo.

Na região do município de Goiás, próximo à Itaberaí, ocorreram vários processos de ocupação de terra a partir da década de oitenta. A que mais se destaca, com a participação do MST – que surge em Goiás em 1986 – é a ocupação da Fazenda Mosquito. Outros assentamentos como Rancho Grande, Retiro e Velha nos municípios de Goiás e Itapirapuã, Rio Paraíso, na região de Jataí, Fazenda Maria Alves, também no município de Itapirapuã; todos estes ocorreram no estado de Goiás durante a década de 80.

Os assentados de João de Deus (Silvânia), Barro Amarelo (Abadiânia) e São João da Lavrinha (Cidade de Goiás) constituíram-se de maneira diferenciada no contexto histórico de sua criação e formação. Também se diferenciam quanto ao aspecto “sócio-político-cultural-econômico” das famílias assentadas (PINHEIRO, 1999). O assentamento São João da Lavrinha que fica no município da Cidade de Goiás está localizado relativamente perto do assentamento “Che”, onde realizo minha pesquisa. Por estarem próximos, pretendo estabelecer algumas comparações.

Em 1964, o governo sanciona a lei nº. 4.504, que regulamenta o Estatuto da Terra. No ano de 1985, o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária – foi sacramentado pelo Decreto nº. 91.766 (10/10/1985). O estatuto da Terra e o PNRA definem a Reforma Agrária como um meio eficiente de promover a distribuição de terras, evitando os latifúndios, e assim atender aos princípios de justiça social e respeitar o direito de cidadania do trabalhador rural. Além, é claro, de contribuir com o desenvolvimento do país. Para tanto, é definida no PNRA a interação de outras instituições entre elas a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com a finalidade de prestar assistência e supervisão técnica aos assentados.

Entre os anos de 1985 –1989, o PNRA estabeleceu como meta o assentamento de cerca de um milhão e quatrocentas mil famílias. Os assentamentos João de Deus e Barro Amarelo foram promovidos através de programas governamentais em parcerias com Sindicato dos Trabalhadores Rurais e FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás) que atuavam como mediadores no processo de concessão das áreas.

O movimento que resultou na ocupação da Fazenda São João da Lavrinha surge no final da década de 80 na periferia de Goiânia, em geral, com moradores do Jardim Nova Esperança, Guanabara, Finsocial etc. Estes movimentos acabam possibilitando a ação de oportunista como foi o caso de João Rosa Dias que chegou a fundar uma associação como nome de: Comunidade dos Sem-Terra do Estado de Goiás, em que extorquia dinheiro dos trabalhadores mediante cobranças de taxas (Pessoa, 1999).

Somente em 1991, com o apóio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e coordenação do MST (Movimento dos Sem-Terra), um grupo de 42 famílias ocuparam a Fazenda São João da Lavrinha. O período de acampamento durou cerca de três anos, mesmo tempo de duração do acampamento “Che”. Em 1994, somente 28 famílias foram selecionadas para o projeto oficial de assentamento.

Entre os três modelos de assentamentos mencionados, o que obteve maior sucesso foi o de São João da Lavrinha, em que os assentados adquiriram maior percepção crítica por meio da socialização, formação e principalmente, da politização promovida pelo MST e pela CPT durante o acampamento. Isto contribuiu significativamente para uma melhor integração das famílias ao meio rural, mesmo que estas sejam procedentes de áreas urbanas, segundo Pinheiro(1999).

O processo de conscientização da legitimidade da luta pela terra está presente nos discursos dos organizadores dos movimentos sociais que defendem esta idéia e procuram manter uma organização política, social e ideológica desde a luta pela terra até a concretização do assentamento. Este processo também ocorreu na constituição do Assentamento “Che”, e será objeto de minha análise à frente.

Pessoa (1999) faz uma reconstituição histórica do processo de ocupação, povoamento do estado de Goiás destacando entre outras coisas, a importância das ferrovias e da construção de Brasília. Segundo o autor, os camponeses assentados, após vivenciarem um processo de luta política organizada, precisam se constituir e se reproduzirem como classe e como produtores de mercadorias para sustentar a si próprios e a suas famílias, demonstrando a viabilidade da posse de sua pequena propriedade.

O processo de socialização das crianças no campo, em famílias de pequenos agricultores passa tradicionalmente pela valorização do trabalho como meio de sobrevivência. Em livro recente, MARIN (2005) evidencia essa característica da socialização no campo em Goiás, na região de Itaberaí:

De maneira geral, a família dos agricultores de Itaberaí era nuclear, isto é, composta pelo casal e filhos solteiros. O homem, como chefe de família, encarregava-se de viabilizar a organização do coletivo de trabalhadores disponíveis na instituição familiar. Responsabilizava-se pela organização dos espaços produtivos da lavoura: era de sua alçada gestionar quando e como deveriam ser feitos os trabalhos, bem como mobilizar os recursos humanos e materiais necessários ao bom andamento de seu roçado (Marin, 2005 p. 134).

Nas famílias camponesas tradicionais o homem é chefe e principal responsável pela sua integridade. À mulher cabia o serviço doméstico como: cuidar da casa, dos filhos e preparar os alimentos, além de ajudar nas atividades do roçado juntamente com os homens nos momentos de maior demanda de mão-de-obra.

A socialização de meninos e meninas dava-se de forma diferenciada – os meninos eram estimulados ao exercício de posições de comando para futuramente tornarem-se chefes de família enquanto as meninas, desde muito pequenas, eram preparadas e socializadas de forma que reproduzissem os valores de submissão e subalternidade.

No assentamento “Che” as relações de gêneros serão importantes para compreensão de diferentes aspectos da vida social, principalmente entre os jovens. As oportunidades de estudo, trabalho e lazer parecem se diferenciar quando se trata dos aspectos relativos às questões de gênero.

Em relação ao trabalho, MARIN (2005) constatou que os agricultores consideravam este como uma necessidade primordial em detrimento das atividades escolares. Estudar seria mais “uma perda de tempo”, do que propriamente um investimento. O trabalho, especialmente para classe trabalhadora é visto como um meio de garantir a subsistência, em alguns casos, como maneira de disciplinar e educar os futuros trabalhadores (MARIN 2005), e também como possibilidade de ascensão social.

Todo trabalhador que parte para a luta da terra tem como projeto de vida, em seu imaginário, seus sonhos, a garantia de trabalho para si e para seus familiares. A conquista da terra não é, para eles, um fim a ser alcançado, mas se configura como etapa na trajetória de vida familiar e do trabalho agrícola. Porém, quando não há um projeto de acompanhamento desses assentados, começa a surgir alguns impasses que inviabiliza a produção dos pequenos agricultores. Isto impossibilita a fixação do trabalhador rural na terra, como assentado, ao mesmo tempo em que faz surgir uma nova forma de conceituação da pequena propriedade de terra, ainda não claramente definida.

Assim, pode-se compreender que a política agrária brasileira, historicamente, esteve voltada para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Esta atitude acabou privilegiando uma minoria de proprietários que, em geral, têm uma produção pouca expressiva, enquanto aumentava a exclusão dos pequenos produtores familiares.

Embora temos presenciado um aumento considerável no número de assentamentos rurais em Goiás nos últimos anos, há que se considerar igualmente a grande quantidade de insucesso na efetivação destes assentamentos. As dificuldades que surgem depois de assentados, fazem

aumentar a massa de excluídos. Porém, algumas experiências de êxito devem ser consideradas apesar da falta de apóio.

Diante de um quadro geralmente desolador da Reforma Agrária, ainda é possível encontrar casos de superação das dificuldades e uma relativa satisfação de pequenos produtores rurais assentados. Estes ainda mantêm a esperança de permanecer na terra e ainda deixar este legado aos filhos. E são estes desafios que pretendo analisar do ponto de vista sociológico.

Capítulo II – Luta pela terra: a atuação dos movimentos sociais no aprendizado coletivo

1 – MST e CPT: participação destes atores sociais na consolidação dos assentamentos

Historicamente a luta pela terra não é um fato novo em nosso país, nem tão pouco em Goiás. Desde o período colonial no Brasil a conquista da terra foi sempre algo marcante, quer pela sua capacidade de mobilizações, quer pelo caráter violento resultando em muitas mortes. Para ilustrar melhor esses momentos, Martins (1995) em seu livro “Os camponeses e a Política no Brasil”, procurou, a partir de uma série de fotografias, sintetizar estes momentos de luta ocorridos no final do século XIX e século XX. Nas imagens está registrada a Guerra de Canudos na Bahia em 1897; Guerra do Contestado em Santa Catarina, 1912-1916; Revolta do Porecatu em 1950, no Estado do Paraná, sendo considerada a primeira desapropriação por interesse social no Brasil; Revolta de Trombas e Formoso aqui em Goiás entre os anos de 1948-1964; Revolta do Sudeste do Paraná em 1957 e Lutas das Ligas Camponesas do Nordeste entre 1955-1984.

De acordo com Martins, este período foi marcado pela disputa entre partido político como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), as Ligas Camponesas e a Igreja Católica, sendo que esta última cria em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituição importante na luta pela superação das desigualdades sociais no campo. Desde o início seu objetivo foi apoiar a luta pela Reforma Agrária organizando os trabalhadores rurais e mediando os conflitos. Também estava a cargo da CPT o apoio material aos trabalhadores em luta através de campanhas

de arrecadação de alimentos, remédios, roupas e até dinheiro, que chegou a ser usado, por exemplo, na aquisição de terras para o Acampamento Encruzilhada Natalino (RS), conforme registrou Colleti em sua tese de doutorado em Ciências Sociais (2005).

Assim, apoiando os trabalhadores rurais, a CPT contribuiu para o nascimento do MST. Em janeiro de 1984, a Comissão Pastoral da Terra promove o I Encontro Nacional dos Sem Terra, e como resolução deste encontro, no mesmo ano, foi fundado o MST na cidade de Cascavel, Paraná. Nesse encontro foram definidos alguns princípios básicos do movimento, como: lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa e igualitária; reforçar a luta pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam eles meeiros, arrendatários, assalariados ou pequenos proprietários. Também ficou definido que a participação das mulheres deveria ser estimulada.

A criação do MST coincide com o início de um acontecimento histórico em nosso país – o retorno ao regime democrático – que possibilitou a retomada dos movimentos sociais populares, interrompidos pelo golpe militar de 1964.

Durante o regime militar o modelo de desenvolvimento capitalista da agricultura acabou trazendo como consequência a miséria do trabalhador rural, cuja única saída foi deixar o campo rumo à cidade – êxodo rural.

Com o forte crescimento da economia brasileira nos anos 70, uma pequena parte desses trabalhadores consegue ser incorporada ao mercado de trabalho urbano, ainda que de maneira precária e, em geral, com baixa remuneração. Porém, com a recessão dos anos 80 e 90, esta incorporação ficou mais difícil, tendo como consequência desta vez, a miséria do trabalhador urbano.

A falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho urbano contribuiu definitivamente com o desejo de retorno ao campo de muitos trabalhadores. Quando a cidade deixa de ser uma alternativa viável para a sobrevivência, voltar ao campo passa a ser o principal objetivo daqueles que um dia tiveram que partir para a cidade. Diante desta situação, a luta efetiva pela terra, e “terra de trabalho e não de negócio”, é retomada no início dos 80, o que reforçou ainda mais a criação do MST com a participação desses trabalhadores.

Com o intuito de retornar ao campo, os trabalhadores excluídos na cidade engrossam o contingente de pessoas dispostas a enfrentar as conseqüências da luta pela terra. Em geral, tomam consciência de sua posição após passar por um “trabalho de base”, como denominam os coordenadores do movimento, nas palestras organizadas pelo MST e CPT nas periferias das cidades.

Antes, era gasto um tempo maior de preparação e conscientização das famílias, mas isto dificultava a ação massiva do movimento, ou seja, impossibilitava que um número maior de famílias participasse da luta, objetivo maior do MST. Atualmente, os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra têm encurtado esse período e com isso, aumentado o contingente de famílias dispostas a lutar por uma terra de trabalho, embora se considere que, com essa estratégia, perde-se um pouco do trabalho político organizado pelos movimentos no acampamento.

Assim, é essencial a contribuição desses dois movimentos (MST e CPT) na conscientização da legitimidade da luta pela terra e, como estratégias para preservar a identidade dos acampados, coordenadores do MST orientam para que cada um utilize nome fictício, um apelido para que não seja identificado, a não ser entre eles mesmos, evitando a identificação pelos policiais.

Portanto, nas entrevistas que se seguem, alguns ainda mantêm o nome improvisado na época do acampamento, enquanto outros se identificam pelo próprio nome, sendo que procuramos deixar a critério dos entrevistados sua identificação na entrevista.

A importância dada à atuação do MST na conscientização dos acampados está expressa na entrevista concedida por Pelé, um dos assentados que ainda preserva o apelido adquirido no acampamento:

O que mais me impressiona e que você pode analisar é o seguinte: o que entra no Movimento dos Sem Terra, não é aquele que mora lá na ponta do Fernanda Parque (bairro afastado, na periferia de Itaberaí) ou lá na Vila dos Ciganos, ou lá nas Vilinhas. Esses não têm noção, o que vem, geralmente, tem uma noção básica, assim, que analisa bem a vida. É um pedreiro, um carpinteiro, um cara que tem uma noção básica. (Pelé, assentamento “Che”).

Algumas pessoas partem de sua terra natal em busca de melhores condições de vida por meio do trabalho em outras cidades. Mas nem sempre seus sonhos se concretizam. E quando isto acontece, segundo depoimento a seguir, o desejo de voltar ao campo significa também a garantia de sobrevivência da família.

Antes de chegar ao movimento (MST), eu não sou daqui, eu sou do Estado da Bahia, eu trabalhei muito tempo em Goiânia, depois vim pra Goiás aí conheci minha esposa, casei, né. Trabalhava no frigorífico de Goiás Velho. Aí era um abre e fecha danado, aí ficava empregado um tempo, o outro tempo desempregado. Vivi com meu sogro quando eu casei. Aí a gente quando estava trabalhando ajudava, na hora que não estava era ele que mantinha. Então depois que eu saí do frigorífico, ficou brabo pra mim porque eu não tinha futuro. Às vezes você tem emprego, hoje tá empregado, amanhã tá desempregado. Não

tem segurança. Pra mim aqui (assentamento) é meu futuro. Lá fora a pessoa que tem a quarta série, ela não vai conseguir emprego que compensa na cidade. Então meu futuro é aqui. (Josué, assentamento “Che”).

No caso do assentamento “Che”, pelo menos uma família das que foram entrevistadas já havia participado de um processo de luta pela terra anteriormente. Na entrevista, fica evidente a atuação do MST no processo de tomada de consciência da situação e, portanto, a motivação necessária para se ingressar nesta luta:

Antes de nós ocupar aqui a Fazenda Santa Rosa, nós já vinha de uma origem camponesa. Nós participamos da ocupação de terra ali na fazenda Rancho Grande, em Goiás, hoje, assentamento. A gente passou ali uma fase da juventude. Então a gente pôde ver a dificuldade que é, de se conquistar um pedaço de terra, de se ter um espaço para se produzir alimento e desenvolver. Meus pais vieram de agregação em fazenda. Nunca tiveram oportunidade. A gente vinha desse sofrimento, dessa dificuldade e nunca houve melhora. Minha mãe era viúva e eu ainda era solteiro quando o MST convidou ela pra ser integrante desse movimento. Então a gente desde de novo aprendeu que só poderia haver mudança, dividir o poder, se a gente partisse pra luta mesmo. (Sebastião do facão e esposa, assentamento “Che”).

O MST procurou difundir, desde o início, a necessidade da luta pela terra em todos os estados e durante o movimento de luta, era importante ressaltar a preocupação dos organizadores em fortalecer a participação dos trabalhadores nos sindicatos através de uma formação política que os conscientizasse dessa luta. Para o MST, o sindicalismo rural no Brasil deixara um vazio político que o movimento, através de um processo constante de conscientização, procurava preencher.

Durante o período em que estiveram acampados, tanto o CPT quanto o MST exerceram um papel importante na elaboração de um processo educativo que visasse orientar e estimular a participação. O MST procurava formar líderes, coordenadores, pessoas do próprio acampamento que passavam por um processo educativo diferenciado na tentativa de formar militantes politizados que eram encarregados de repassar seus ensinamentos aos demais acampados, conforme assinalou uma ex – coordenadora do acampamento:

Nós tinha um trabalho de informação. Vinha pessoas de fora, ligadas ao MST, para explicar para nós o que significava assentamento, o que significava ter uma terra, o motivo que nós estava ali, o porquê, e como a gente deveria agir. A gente não tava ali nem pra matar nem pra morrer! A gente queria uma terra pra trabalhar. (Dona Sebastiana, Coordenadora no acampamento “Che”).

Todas as atividades realizadas nos acampamentos eram organizadas dentro de uma ação coletiva, que incentivava a cooperação. Essas novas relações traziam outros valores e costumes que passaram a ser internalizados pelo grupo. Este processo de internalização dessa nova realidade refletia uma pré-disposição para agir de determinada maneira, que caracteriza o que Bourdieu (2002), chamou de *habitus*, refletindo a socialização no grupo.

Para melhor compreender como se estruturavam essas novas relações internas dentro do movimento social, faz-se necessário também utilizar o conceito de campo deste autor, já que o MST, partidos políticos como PC (Partido Comunista), sindicatos e associações rurais fazem parte deste campo social, no caso, o campo da Reforma Agrária.

De acordo com Pessoa (1999), a lei nº 979, de 06 de janeiro de 1903, regulamentava o sindicalismo no Brasil de maneira altamente favorável à formação de elites agrárias.

Em 1943 foi promulgada a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), porém esta não contemplava os interesses do homem do campo. Somente em 1963 foi sancionada a lei 4.214 ou Estatuto do Trabalhador Rural que possibilitou a criação de vários sindicatos e federações em todo país. Em Goiás, por exemplo, neste mesmo ano, foram criados 34 sindicatos (PESSOA, p. 65-6).

Durante o governo de Mauro Borges de 1961-1964, eleito pelos partidos políticos que representavam as forças políticas tradicionais (PSD-PTB), desenvolveu-se um plano de reforma agrária controlada pelo sistema de colonização. Com isto, o governo obteve o apóio dos trabalhadores rurais e também uniu as forças políticas tradicionais do estado. Assim, Mauro Borges consegue conter as reivindicações de acesso a terra e consolida a modernização da agricultura no estado, preservando a grande propriedade (p. 65).

No cenário nacional, com a imposição do golpe militar em 1964, o governo cria o Estatuto da Terra (Lei nº 4.502), que contribuiu para uma transformação conservadora no que se refere à realidade agrária brasileira. Como resultado do regime militar, tivemos o aumento da concentração da propriedade da terra e um período de intensa perseguição aos líderes camponeses (Pessoa, 1999 p. 70). Assim, todo o cenário de luta pela terra no Brasil deve contemplar historicamente, o momento político e as diversas estratégias para a efetivação da reforma agrária. É a partir desta realidade que os movimentos sociais como MST e CPT, inseridos no campo da reforma agrária, traçam suas estratégias de conscientização e preparação para a luta pela terra.

É neste sentido que se evidenciava também uma constante preocupação dos agentes sociais envolvidos na luta em repassar os ensinamentos e a disciplina ocorridos no acampamento também para as crianças que vivenciavam aquele momento com os pais:

Nós fazia reunião com as crianças para conscientizar, dar aulas. Mas nem sempre era possível porque toda hora entrava polícia. Preparava as crianças para aprender a receber as pessoas diferentes que chegava. Essa preparação pra nós era muito importante. A gente reunia com os pais e com as crianças também. (Dona Sebastiana, Coordenadora no acampamento “Che”).

O MST, em conjunto com a CPT, promove uma “mística” no acampamento que é semelhante a um ritual religioso, em que se fala a língua do povo através da dança, música, palestras; cultua-se os símbolos, hinos e instrumentos de trabalho no campo etc. Esta prática populariza o sentido ideológico da luta pela terra e reforça a “identidade Sem Terra”, como afirma Kozlowski em sua dissertação de Mestrado (Kozlowski, 2003 p. 35).

A “mística” não é em si uma tarefa religiosa. Ela tem uma função política cuja estratégia é fortalecer os laços entre as famílias motivando e alimentando a luta, renovando as esperanças e assim, tornando os momentos difíceis mais amenos, mantendo a união do grupo enquanto fortalece o espírito de comunidade. Percebemos a eficácia dessa mística no depoimento de Dona Valdeci, quando ela relembra o período do acampamento:

A gente sofre muito, mas não sei por quê, mas quando a gente tá num acampamento, aquela turma toda unida, a amizade é muito forte. A gente vive como uma família, não passa a ser só amigo. Ali, se a gente precisar um do outro, qualquer coisa, tá pronto pra

servir a gente. Parece que a luta, o sofrimento faz a gente formar amizade, alegria. Tristeza não tinha. Só alegria. (Dona Valdeci, sobre a união no acampamento “Che”).

Luiz Bezerra Neto, em sua dissertação de mestrado, procurou definir o significado da mística para o MST: “Considerada pelo movimento como um dos mais importantes instrumentos de manutenção da esperança e do fervor na luta em defesa de seus interesses, a mística é meio através do qual o MST procura encontrar forças para manter viva a memória de seus mártires e buscar, com isso, dar esperança à massa de trabalhadores sem terra na defesa de seus ideais” (1998, p. 51).

É também através da mística que o MST procura manter viva a memória de seus líderes lembrando seus atos corajosos, como podemos constatar no depoimento de Josué:

Luiz Ozório foi uma pessoa que deu muita força pra gente. Morreu em um acidente. Então o nome do acampamento é uma homenagem a ele. O nome dos acampamentos, assentamentos, sempre vem homenageando uma pessoa que lutou pelo direito, não só do movimento (sem terra), mas da população em geral. Um exemplo: o “Che”, ele não tem nada a ver com a terra. Ele sempre lutou por outras coisas, né? Mas sempre defendeu a pobreza. Tem Luiz Freire, tem Canudos, todo mundo conhece a luta de Canudos. É uma homenagem às pessoas que sempre levou à luta o movimento, porque o movimento, só vai mudando de nome, mas é uma coisa só. (Josué, assentamento “Che” sobre o apoio dos assentados ao acampamento Luiz Ozório, saída para Itaguarí, próximo a Itaberaí).

O MST procura impor uma disciplina rígida, com componentes revolucionários, defendendo um modelo de desenvolvimento socialista em

detrimento do capitalismo. E manter esta disciplina depende fundamentalmente da eficácia da mística produzida no acampamento.

Nessa “mística”, os acampados são preparados para a socialização, cooperação, solidariedade e igualdade de gênero. A participação das mulheres e das crianças serve como estratégia para garantir a segurança do grupo nos momentos de confronto com a polícia, conforme relata o Sr. Milton: “O dia que tinha confronto com a polícia, a meninada ia na frente. Menino, criança, os mais velhos, mulher, as mães, tudo ia na frente. Os homens ficava mais atrás. Os meninos não tinham medo de jeito nenhum. Pegava pau, fazia facãozinho de pau. Sem medo”. (Sr. Milton, assentamento “Che”).

Colocar crianças e mulheres na frente era uma estratégia utilizada principalmente para sensibilizar a opinião pública sobre aquilo que estava realmente acontecendo conforme aparece em outras entrevistas:

Às vezes nós colocava as crianças na frente, às vezes não. Dependia da conjuntura, do momento. Nós não colocava criança pra ser escudo. A gente só colocava as crianças num momento de comoção pra mostrar pra sociedade. Quando a imprensa tava, a gente gostava de mostrar as crianças pro povo vê que tava a família ali, né? A criança faz parte da família. Então tava o pai, a mãe e a criança. Eles sempre faziam parte das ações do acampamento. (Sebastião do facão, assentamento “Che”).

As crianças passavam por uma preparação para amenizar o impacto da mudança que estava ocorrendo em suas vidas. Dona Sebastiana que atuou como coordenadora durante o acampamento, nos dá uma idéia de como funcionava a preparação das crianças naquele período:

A atividade que a gente tinha com as crianças dentro do acampamento é que tirava uma pessoa pra brincar, orar com elas. Tinha equipe da educação pra conversar com elas,

explicar o motivo que elas estavam ali, respeitar as pessoas que chegasse, as autoridades, tratar bem, e se realmente queriam ficar. O acampamento sem terra ele faz parte do homem, da mulher e do filho. Da família, né? (Dona Sebastiana, Coordenadora no acampamento “Che”).

Todos, sem exceção, são chamados a participar ativamente das atividades desenvolvidas no acampamento, sejam elas palestras para troca de idéias e experiências, ou atividades do cotidiano como o cuidado com a água que é consumida, alimentação, construção de banheiros, recolhimento do lixo etc, como mais uma vez destaca Dona Sebastiana:

Eu era coordenadora de grupo, de núcleo. Então na coordenação a gente separava as tarefas, dividia as pessoas em grupo pra discutir como que a gente ia fazer, como trabalhar e orientar as pessoas, que era muita gente na época. A gente tinha quem orientasse nós também, pessoas ligadas ao MST. Trabalhava com o pessoal pra formar equipes de higiene, saúde, segurança. Se acontecesse qualquer coisa dentro do núcleo dele, o coordenador tinha que tá sabendo.

A valorização do trabalho dividido em equipes reforça o sentimento de comunidade, de um grupo de pessoas unidas por um objetivo em comum: ter um pedaço de terra para trabalhar.

Os novos valores e costumes aprendidos durante o acampamento refletem uma nova maneira de pensar a realidade e, portanto, um novo modo de agir que está presente na interiorização do processo educativo promovido pelo MST em conjunto com a CPT durante o acampamento. A assimilação desses novos valores e costumes ilustra bem o conceito de *habitus* de Bourdieu, significando o acúmulo de um novo capital simbólico adquirido que expressa a interiorização e,

posteriormente, a exteriorização desta nova realidade e, tudo isto, dentro de um campo social específico, que é o campo da reforma agrária.

Neste processo constante de aprendizado, os atores inseridos na luta adquirem valores sociais que resultam em novas atitudes psicológicas, representando a estreita relação entre atitudes e representações sociais. Assim, atitudes e valores sociais representam o novo modo de vida social e coletivo que os atores têm experimentado. As atitudes representam uma disposição para agir, ou seja, um *habitus*, na acepção de Bourdieu.

O processo de aprendizado político e social exercido cotidianamente durante o acampamento que, no caso do “Che”, foi de aproximadamente quatro anos, segundo os entrevistados, nem sempre são suficientes para garantir a união das famílias na etapa seguinte – assentamento – conforme os objetivos do MST.

É por este motivo que o MST procura formar novos líderes através de um processo educativo continuamente renovado, preparando militantes para difundir a causa da luta pela terra. Toda a expectativa do MST é que essas sementes plantadas no acampamento possam render frutos quando os trabalhadores e suas famílias estiverem definitivamente assentados.

O assentamento representa uma vitória, uma etapa importante. Porém, não significa o encerramento da atuação do MST, que pretende dar continuidade em seus projetos de gerar um novo modo de viver em que se apresente o valor idealizado durante a luta pela terra.

Martins (2000), em sua obra *Reforma agrária – o impossível diálogo*, problematiza uma questão que está na pauta dos debates acadêmicos: a

situação social e o destino histórico dos trabalhadores rurais, especialmente os assentados e acampados, atores e vítimas dos programas da reforma agrária.

Assim, CPT e MST, principais agentes envolvidos na luta pela terra, parecem direcionar seus discursos e práticas para um posicionamento mais ideológico do que para uma efetiva luta por terra de trabalho.

No caso do assentamento “Che” a atuação do MST foi interrompida e o motivo pode ter origem no repasse de contribuições ao movimento, conforme consta em matéria recortada do jornal “O Popular” publicada no dia 02 de outubro de 1998, disponível na sede da CPT em Goiânia. O rompimento (que não é muito comentado pelos assentados, especialmente durante as entrevistas) torna o assentamento “Che” diferente de outros, como o de “Canudos”, onde este movimento ainda permanece atuante. A coordenação do MST procura difundir entre os assentados, através de um trabalho educativo, a viabilidade do sistema cooperativo de produção.

Contudo, embora reconheçam a importância da atuação deste movimento na luta pela terra, cerca de 30 a 40% dos assentados de Canudos manifestaram, em pesquisa recente (Kozlowski, 2003) o desejo de serem independentes, construir e atuar em seu próprio lote de maneira individualizada, e não no coletivo como pretende a coordenação do MST.

As pessoas com mais de 45 anos, em sua maioria analfabetas, apegadas a um modo de vida bem tradicional, têm maior resistência em assimilar os valores propostos pelo movimento. Os mais jovens, entre 20 a 35, que passaram pelo processo educativo do MST durante o acampamento na faixa etária de 12 a 20 anos, são os que melhor se identificam com estas novas orientações,

representando 70% daquela população, segundo Kozlowski em sua pesquisa no assentamento Canudos.

Elisa Guaraná, pesquisadora na área de cultura do trabalho, em seu artigo “Os jovens estão indo embora”, afirma que “jovens que passaram pelo processo de luta pela terra, internalizam fortemente este processo de socialização e isto contribui para que ele queira permanecer no lote”. Sua fala ilustra como a “mística” realizada no acampamento reforça e intensifica a participação e, posteriormente, a reprodução dos valores repassados pelo MST em conjunto com a CPT. Daí a importância da divulgação ideológica do movimento durante o acampamento no sentido de fortalecer e dar continuidade ao ideal de luta pela terra.

No processo de luta, ou seja, durante o acampamento, o desejo, o sonho de ter a terra cria novos valores e representações sociais que aparecem como alternativas àquela realidade vivida na cidade: desemprego, subemprego, salários baixos.

Um problema que se coloca hoje acerca da permanência do jovem na terra é um descompasso entre os projetos de reforma agrária via movimentos sociais como MST e CPT e a falta de acompanhamento técnico após o assentamento e de projetos que focalizem a realidade do trabalhadores rurais; a falta de políticas públicas que viabilize, incentive e garanta a permanência do jovem no assentamento como forma de dar continuidade à fixação do homem na terra.

Após o período de acampamento, esse novo trabalhador rural, que passou por um processo de luta organizada, adquire uma nova consciência política e precisa agora se repensar e se reorganizar enquanto pequeno proprietário, pequeno agricultor. A conquista da terra é vista como uma vitória compartilhada

por toda a família e também é uma maneira de demonstrar para a sociedade a viabilidade do assentamento. Essa conquista significa o resgate da terra para o cultivo, criação e moradia, conforme depoimento de uma assentada lembrando as dificuldades da família antes da conquista da terra:

Eu morava na cidade pagando aluguel, os filhos comeram a trabalhar muito cedo. A gente sempre foi fraca de situação, então era uma vida muito corrida, tendo de pagar aluguel, água, luz, comprar de tudo para os filhos na escola. Era difícil. Então eu dou muito valor nesse pedacinho de terra aqui, porque foi um sonho. Pra mim significa tudo. Pra quem não tinha nem uma casa pra morar na cidade, essa terra significa riqueza, né? Porque se a gente quiser trabalhar na terra você tira bem dizer tudo, a gente não precisa comprar quase nada se tiver coragem de trabalhar. (Dona Vanda, assentamento “Che”).

2 – Assentamento – conquistar e manter: o difícil aprendido

A luta pela terra não deve ser compreendida apenas como uma “volta ao passado”. Essa luta é um processo social que reforça os vínculos locais e as relações de pertencimento a um determinado lugar. Acampamento e assentamento são o resultado de conflitos e lutas sociais que dão identidade e sentimentos de familiaridade àqueles inseridos nesse processo.

O processo de modernização do campo ocorrido principalmente através da introdução de máquinas, insumos e implementos agrícolas reforçou esta exclusão e fez com que um grande contingente de trabalhadores rurais buscasse a cidade como alternativa para sobrevivência. Porém, como se sabe, esta mudança não foi a solução e voltar para a terra passa a ser o meio encontrado por muitos trabalhadores para garantir o sustento da família, e mais do que isto, o retorno a um tempo de fartura e boa educação moral, conforme sugerem alguns

depoimentos: “É muito mais fácil educar o filho aqui na roça do que na cidade. Porque na cidade depois do horário de aula ele pode enturmar com algum malandrinho que não quer saber de estudar e pode virar a cabeça dele. Aqui não. Chegou, não tem ninguém pra induzir, aí ele vai fazer as tarefas e ficar tranqüilo. Dorme mais cedo e descansa a mente”. (Sebastião Mendanha, assentado, preocupado com a educação dos filhos).

É por meio do trabalho que todas as famílias envolvidas na luta pela terra procuram garantir o sustento e a sobrevivência da família. O trabalho possui um valor real e simbólico dos mais importantes nos momentos de luta pela terra. É o direito ao trabalho como garantia de cidadania que move esses trabalhadores inseridos na luta. Também é no trabalho e pelo trabalho que observamos as novas representações que surgem e justificam todas as atitudes e perspectivas dos mais jovens agora assentados: “A terra é para aquele que quer trabalha na terra! Não é uma coisa de *hobby*, de fim de semana e tal, como é no Brasil, não! A terra tem que ser para quem quer trabalhar nela!” (Pelé – assentamento “Che”).

Os depoimentos a seguir indicam que os inseridos na luta pela terra não são apenas trabalhadores rurais que perderam o acesso à terra, mas sim um número expressivo de desempregados urbanos e sem tetos que geralmente fazem parte de uma segunda ou terceira geração de migrantes, ex-trabalhadores rurais:

Nós fomos criados na roça. Meu pai criou nós na roça. Não tinha esse negócio de pobre morar na cidade. Depois é que nós fomos pra cidade. Mas não acostumou não. Morar na cidade era muito difícil. E quando eu vi na televisão assim, a reforma agrária, aquilo me chamou a atenção e eu falei para meu esposo: - eu quero ir para aquela luta. Ele disse

que eu estava louca, mas eu fui com a cara e a coragem. E fiquei nessa luta até o fim. Minha vontade era sair da cidade que era um sacrifício. (Dona Elizete, assentamento “Che”).

Eu fui nascida e criada em fazenda dos outros. O que eu sei, aprendi com meu pai e minha mãe trabalhando pros outros. Na época (do acampamento), nós morávamos em Goiânia. Era difícil demais emprego. Nós morávamos com minha irmã e só depois nós conseguimos um lote na invasão e construímos dois cômodos. Minha mãe me falou sobre invasão de terras. Mas eu tinha medo deles matar a gente, de ter massacre. Passa na televisão e agente fica com medo das coisas que acontece. Mas aí deu certo e agora o meu sonho é de cada dia melhorar mais, para os meus filhos. Porque agora, graças a Deus, a luta tá ganha. Agora tem que trabalhar em cima da terra. Eu não penso em vender nunca. (Joana do Galego, coordenadora no acampamento “Che”).

Os assentamentos são vistos por esses trabalhadores como possibilidade de reconstrução da produção agrícola, que geralmente é pensada pelos mais velhos nos moldes tradicionais da agricultura familiar. O acesso à terra propicia a eles uma melhora visível na qualidade de vida, principalmente com relação à alimentação. Assim, os assentados sentem-se orgulhosos em relatar a expressiva melhora que tiveram em suas vidas, principalmente quanto à alimentação, como indicam as entrevistas de Dona Maria Francisca e Dona Elizete que participaram do acampamento “Che” desde o início das ocupações: “Aqui no assentamento melhorou muita coisa, principalmente no modo de alimentar. Esse ano mesmo eu fiz uma boa colheita. Colhi 77 volumes de arroz, muito milho, feijão, quer dizer, não compra, né?” (Dona Maria Francisca); “Aqui a gente planta e colhe banana, quiabo, jiló, vende um frango, vende um ovo na feirinha do pequeno produtor”. (Dona Elizete, sobre a melhora na alimentação).

Atualmente, ser assentado significa ter o reconhecimento da sociedade que antes lhes atribuía uma série de nomes pejorativos como: vagabundos, desocupados, ladrões de terra, etc. O assentamento hoje representa para estes trabalhadores mais autonomia e estabilidade resgatando a dignidade dos assentados como relata Dona Joana do Galego: “Na época, ninguém queria vender nada pra gente na cidade. Até no dinheiro eles tinha medo de vender pra gente. Eles tinham medo da gente chegar e invadir. Morriam de medo. Tratava a gente como bandido mesmo. Hoje em dia não. Nós compramos até fiado em qualquer lugar, de todo mundo”.

Além de todas as dificuldades já relatadas, os assentados ainda ressaltam a questão do preconceito que sofreram durante o acampamento e que ainda parece não ter chegado ao fim. O Sr. Sebastião do facão, que além de ter sido um dos coordenadores no acampamento e que atualmente se destaca pela influência religiosa como pastor de uma igreja evangélica no assentamento, é quem nos traz esta informação: “Hoje ainda tem preconceito, não dá pra fala que acabou, mas diminuiu bastante. A gente vai na cidade, é bem recebido, as pessoas quer vender pra gente. Todo mundo tem seu crédito nas lojas, no supermercado. A pessoa se sente cidadão mesmo”.

Os assentamentos representam a retomada de um processo produtivo visto como viável, desejável e, mais do que isto representa um meio de vida, uma garantia de sobrevivência para estes agricultores e suas família. De modo geral os assentados, ex-trabalhadores rurais ou arrendatários, têm a idéia da terra como economia moral muito forte, portanto, ela se constitui como local de trabalho e não como uma mercadoria, conforme assinalaram Costa e Bergamasco (2002).

As entrevistas realizadas no assentamento “Che” evidenciam a satisfação dos trabalhadores, em especial dos chefes de família, das pessoas mais velhas do assentamento. Muito embora tenham a consciência de que ainda há problemas a serem resolvidos, principalmente com relação à saúde, educação e o lazer, são unânimes em ressaltar sua satisfação com a posse legítima da terra.

Apesar das dificuldades e problemas, o assentamento é a concretização de um sonho socialmente construído entre conflitos e disputas ocorridas durante o acampamento. A conquista efetiva da terra é garantia de uma considerável melhora nas condições de vida, como afirmam os mais velhos. Entretanto, mesmo considerando os aspectos que levam à satisfação com a posse da terra, os pais, e principalmente os jovens, consideram que a garantia de um futuro melhor não se encontra nos limites do assentamento.

Tornar-se dono da terra marca a passagem definitiva que vai do sonho, no período de acampamento, à realidade, o assentamento. E a única motivação daqueles que lutam pela terra é o trabalho. É conquistar a terra para trabalhar e sustentar a família. Mas administrar o próprio patrimônio para quem estava acostumado a executar ordens e tarefas revela-se como um novo desafio para os assentados, que precisam aprender a planejar e executar, enfim, a gerenciar seu próprio trabalho e de sua família. Para isto, terão que rever seu conceito sobre o modo de produção na terra, deixando de lado uma perspectiva limitada, ou uma representação do tipo tradicional, provinda de sua cultura do trabalho.

A falta de preparo desses agricultores, resultado de um longo período de afastamento do trabalho na terra, acaba dificultando sua adaptação quando se torna um assentado. Contudo, a falta de apoio dos órgãos responsáveis pela consolidação do assentamento aparece como a principal causa de um expressivo

número de venda de lotes já no início do assentamento, segundo revela a entrevista com a família do Sr. Marcelino:

Se o governo não ajudar a gente aqui no assentamento, porque só promete, só promete, é por isso que muitos desistiram. A gente é persistente e vai ficando. Você vai plantar roça é porque você vendo um gadim. A única renda que você tem é o gado pra entregar o leite. Aí você vende ele pra plantá roça e o dinheiro da roça não retorna pra comprar o gado porque aí você já tem que pagar outras coisas, e só vai acabando. Muitos acabou. Mas se trazer recurso aqui pra gente igual eles falou que ia trazer, a gente tava firme pra poder melhorar as coisas. (Dona Cida e Sr. Marcelino, assentamento “Che”).

Opinião semelhante tem a família do Sr. Milton que, como a do Sr. Marcelino, estava na luta por esta terra desde o início das reuniões para organização do acampamento. Sua entrevista está carregada de um apelo emocional e até mesmo denunciativo:

Tem uma coisa que eu quero falar. É assim: nós ganhamos a terra aqui numa luta, né? Já tem cinco anos que nós tamo aqui em cima do lote. O INCRA, pois nós na terra, dividiu, deu um dinherim pra comprar um gado, e sumiu pra lá! Cê entendeu? Não tem assistência de INCRA, de governo, né? Não tem nada. Aí não tem jeito. Cê peleja pra plantar, planta um arroz aqui no coletivo não dá certo porque tem uns que são unidos outros é desunido. Então é essa coisa, sabe? O INCRA abandonou o assentamento, não dá assistência, não tem agrônomo aqui, não tem nada. O MST ajudou conseguir a terra e sumiu pra lá. Nunca mais voltou. Quando nós morava na cidade, nós trabalhava na rua, tinha uma vidinha lá. Nossa casinha nós comeu ela debaixo da barraca. Aí eu achei que desde que fez um assentamento desse tamanho, tinha que ter uma autoridade aqui dentro. Aqui não tem autoridade pra nada. É gente vendendo, é gente comprando, trocando, gambirando. Os que ficou aqui na luta da terra desde o início mesmo, são poucos. (Dona Nilda e Sr. Milton, assentamento “Che”).

De acordo com Pessoa (1999 p. 155), a consolidação de um assentamento pressupõe a conclusão de duas etapas importantes: a primeira delas, é a demarcação dos lotes; a segunda e mais importante na perspectiva do autor, é a garantia de permanência na área, que será obtida tanto mais eficazmente quanto melhor for a assimilação dos assentados aos novos modos de produção e representação da cultura do trabalho no campo, ou seja, às novas formas de representação desse trabalho.

É justamente nesta etapa que os recursos e o apóio técnico por parte do governo são essenciais e definitivos para os assentados. Pessoa afirma que as desistências das parcelas ocorrem principalmente nos primeiros anos da consolidação da posse da terra como resultado do despreparo dos trabalhadores e da falta de assistência por parte dos órgãos competentes, o que, portanto, não deve ser atribuído à falta de competência (p. 156).

Portanto, as motivações que levaram estas famílias a enfrentarem todos os riscos durante o acampamento vão além de um mero significado econômico da terra. Nas palavras de Pessoa (1999 p. 151), “o que verdadeiramente os conduziu ao resgate da terra foi o desejo de liberdade, de viver melhor, de poder controlar o próprio tempo”.

As entrevistas no assentamento “Che” revelam uma constante volta ao passado quase sempre lembrado como um tempo de fartura, sossego, boas amizades. Esse passado remoto, que também é idealizado pelos “caipiras” (Cândido, 1979), é cada vez mais retomado como um lugar ideal, e é a busca por esse “paraíso perdido” que motiva o longo percurso até o reencontro com a terra depois de perambular de fazenda em fazenda trabalhando como assalariado de

um fazendeiro ou como diarista de vários. Isto é o que podemos perceber como motivação nos relatos de Dona Helena e Sr. Moacir do assentamento “Che”:

Nós trabalhava principalmente nas fazendas dos outros, trabalhava a meia, outra hora trabalhava e ganhava só meio salário. E na cidade foi um pouco ainda pior porque tinha que pagar o aluguel, energia, e aí dificultava ainda mais. Nós ficamos três anos pelejando na cidade e depois voltamos pra roça. Pelo menos nós plantava o arroz, o feijão e colhia e não pagava nem aluguel nem energia. Minha mãe falava que ia chegar um dia que todo mundo teria seu pedaço de terra pra trabalhar, que era a reforma agrária, que tinha essa lei, mas não tava sendo cumprida. E ela ainda falava que era tampada pelos grandão lá de cima que não deixava ela acontecer. Então a gente sempre ficava com aquilo na mente, pensando que podia acontecer com a gente. Aí nós procuramos informar direito e partimos pra luta.

Dona Helena e Sr. Moacir estiveram na luta por esta terra desde o acampamento até a finalização do processo e conquista definitiva da terra. Atualmente moram com eles na mesma parcela, os filhos mais novos que, apesar de ainda jovens (20 e 22 anos), já constituíram família e dividem com os pais o trabalho na terra. Em entrevista em conjunto com os dois jovens, Júnior e Fábio, eles revelam a importância de conquistarem esta terra de trabalho: “Foi muito bom pra nós conseguir aqui essa terra pra nós trabalha. Se não nós tava na cidade e a vida era pior, não tem emprego pra todo mundo lá. Aqui é difícil, mas ainda é melhor que lá (cidade). Com muito esforço, é possível viver do trabalho na terra”.

Capítulo III – “A juventude no campo”

1 – O conceito de juventude em geral e juventude assentada

Do ponto de vista jurídico, de acordo com o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – a categoria *adolescente* compreende o período que vai dos 12 aos 18 e excepcionalmente até os 21 anos de idade, sendo esta a fase que em o indivíduo se prepara para a vida adulta. Neste período eles experimentam diversas mudanças físicas e psicológicas. É um momento de efervescência que, no caso dos jovens assentados, representou muitas mudanças e um aprendizado diferenciado, conforme relato de um professor do ensino médio: “Eles têm uma visão que faz com que eles se diferenciem dos outros alunos. A própria história de vida deles, de luta, de sofrimento e de engajamento nesses movimentos sociais é que fez com eles desenvolvessem mais esse lado crítico”. (Professor Agnaldo, sobre a experiência de vida dos jovens assentados).

Um estudo específico sobre a juventude rural, em especial aquela que se encontra assentada, torna-se relevante para compreendermos um problema sociológico que se coloca na atualidade: a viabilidade dos assentamentos de reforma agrária como forma de fixar o homem à terra, ou seja, a possibilidade de permanência dos jovens no campo como para concretização dos objetivos dos pais.

Os adultos assentados são, em geral, pessoas que viveram no campo e que por conta de uma acentuada exclusão social que se constituiu em nosso país ao longo dos anos, se viram obrigadas a buscar outros caminhos para garantir a sobrevivência. Mais do que deixar o campo entendido como meio de trabalho,

elas abandonaram também um estilo de vida, uma cultura específica, algo que vai além da mera luta por alimentos.

Assim, os assentamentos são compreendidos como retorno ao lugar de origem, de suas raízes culturais. Porém, é necessário entender até que ponto as novas gerações assimilam esta realidade, até que ponto elas estão dispostas a assumirem este modo de viver e dar continuidade ao trabalho no campo tendo em vista todas as tecnologias que têm sido incorporadas ao modo de produção no meio rural. A nova maneira de conduzir as atividades laborais no campo não está acessível a todos, principalmente aos pequenos agricultores familiares, como é o caso dos assentados.

A cultura do agronegócio que visa a produção em grande escala, para um mercado voltado para exportação, por exemplo, pouco ou nada contribui com o pequeno produtor. A menos que, por falta de opção, estes pequenos agricultores trabalhem nessas empresas com a finalidade de complementação de renda. Essa nova realidade da vida no campo acaba contribuindo com a falta de perspectiva de permanência do jovem no meio rural.

Para se discutir as concepções dos jovens acerca de sua permanência na terra, é necessário primeiramente compreender o vem a “ser jovem”, um conceito de juventude. Para tanto, é preciso compreender como se dá a passagem da infância à juventude.

De acordo com Sousa e Duque (2002), quando se trata de juventude rural, a infância é vista como um período da vida em que a criança se prepara para trabalhar. Tal representação é fundamental para que se perceba, desde cedo, que o trabalho na terra, mais do que garantir sustento é uma forma de possibilitar a permanência e, portanto, a continuidade do trabalho na terra pelas novas

gerações. Segundo as autoras, não existe uma definição universalmente aceita para os limites da idade em que se encontra a juventude. Parece mais haver uma transição direta da infância à fase adulta a partir da incorporação precoce do indivíduo ao mundo do trabalho.

Dois outros momentos importantes, ainda de acordo com as autoras, marcam a passagem da juventude à fase adulta. É quando o indivíduo se casa, mesmo com pouca idade, ou quando o jovem deixa a casa dos pais para trabalhar fora, adquirindo definitivamente o *status* de adulto.

No assentamento “Che”, por exemplo, as crianças são estimuladas desde cedo a acompanhar os pais nos trabalhos do dia-a-dia. “Desde de pequeno eles ajudam o pai na roça, capina o quintal, olha as vacas, fazem de tudo. Aqui é melhor pra eles não virar o que não presta. Porque depois que vira, a gente não dá conta mais”. (Dona Joana, sobre a importância do trabalho como forma de disciplinar os filhos).

A socialização ocorre de forma diferenciada para meninos e meninas, o que confirma Marin (2005) em sua pesquisa realizada entre os pequenos agricultores de Itaberaí: “No processo de socialização, os meninos tinham mais estímulos para o exercício de posições de comando para que futuramente se tornassem chefes de família; as meninas, por sua vez, desde muito pequenas, eram socializadas numa teia de relações que privilegiavam e reproduziam valores de submissão e subalternidade, não apenas aos de casa, mas também aos parentes e vizinhos” (p. 141).

O trabalho no assentamento, tanto para meninas como para meninos, é estimulado pelos pais e organizado de maneira diferenciada, conforme indicam as entrevistas:

A criança tem que trabalhar! Ela tem a hora de lazer. Não é você escravizar ela, mas alguma coisa ela tem que saber fazer. Os meninos homem, por exemplo, vai apartar as vacas, tirar leite, pegar um cavalo, capinar. E já pra mulher é difícil. Elas arrumam a casa, lava vasilha, cuidam da casa, ajudando as mães. Os meninos é mais no campo com os pais. (Josué, sobre o trabalho dos meninos e das meninas);

As meninas sempre faz mais em casa. A minha menininha fica aqui dentro arrumando a casa pra mim. Os meninos vai pra roça com o pai, plantar um milho, buscar uma banana, né? Esse tipinho de coisa que não prejudica eles. (Dona Valdeci, sobre o trabalho diferenciado para meninos e meninas).

Para compreender definitivamente o que é ser juventude, devemos contemplar o que a comunidade entende por “ser jovem”. Carneiro (1998) reconhece a dificuldade de se delimitar esta categoria e argumenta que, muitas vezes, eles são reconhecidos apenas como filhos de agricultores; desta forma, são vistos apenas sob a ótica do trabalho. A categoria “jovem rural” parece ser invisível para a maioria dos pesquisadores acadêmicos. Só muito recentemente essa categoria imprecisa e variável vem chamando a atenção de estudiosos da questão rural, segundo a autora.

Carneiro procurou evitar a definição universal de juventude mantendo a classificação do próprio meio em que a pesquisa foi realizada, respectivamente, nas áreas rurais de São Pedro da Serra, no Estado do Rio de Janeiro, e Nova Pádua, na região colonial do Rio Grande do Sul.

Assim adotamos também esta estratégia no assentamento “Che”, constatando que tanto do ponto de vista dos adultos quanto dos próprios jovens, esta concepção está diretamente ligada à maneira como eles estão vivendo naquele

momento, ou seja, eles constroem suas concepções a partir de sua realidade específica. Por exemplo: o jovem, mesmo que tenha apenas 17 ou 18, se ele já constituiu família, casou-se (o que é muito comum no assentamento), ele se autodenomina como adulto, reconhecendo o aumento da responsabilidade, adquirindo o *status* de maturidade. Isto ocorre tanto entre os rapazes quanto entre as moças. E a juventude pode prolongar-se além dos trinta anos, se estes permanecem solteiros.

Algumas entrevistas nos revelam como os jovens do assentamento Che definem *ser jovem*: “Jovem aqui não é como na cidade, tipo adolescente que fica indo pra Shopping. Aqui não tem disso não. A gente começa a trabalha cedo, ajudando o pai, a mãe. Deixa de brincar mais cedo pra ajuda no trabalho”, (Juliana, 12 anos); “Olha, eu ainda sou jovem, porque eu ainda não casei, né? (risos). Quando a gente casa vem mais responsabilidade e aí não dá pra fazer as coisas que pode fazer agora, sair com os amigos, ir pra farra”, (Leandro, 27 anos).

2 – Jovens e o trabalho na terra: permanecer ou sair?

Segundo Maria José Carneiro (2005), uma questão importante nessa temática refere-se ao desejo dos jovens de permanecer ou não no campo, buscando conciliar a realização desses desejos e suas aspirações profissionais que, geralmente não está vinculada ao trabalho na terra.

A autora realizou uma pesquisa no oeste catarinense, onde constatou que cerca de 70% dos jovens e 75% das jovens demonstraram vontade de não permanecer no campo, contrariando a perspectiva de seus pais. A maioria dos jovens rurais, 95%, destacavam importância da escola para seu futuro profissional

e, neste sentido, não viam no campo uma possibilidade de ascensão social, portanto, não pretendem fixar-se à terra.

De acordo com Belezia (2002, p. 1403), os jovens “ao mesmo tempo em que têm como plano de vida a permanência ‘na roça’, apenas o farão se encontrarem condições que permitam a construção de uma qualidade de vida compatível com suas aspirações e necessidades”. Mas isto parece longe de ser atingido porque a falta de uma estrutura bem planejada e de crédito para os mais jovens e até mesmo a questão de lazer são objetos de constantes reclamações da juventude assentada.

Os assentamentos rurais, como perspectiva de mudança na vida das famílias a partir do trabalho, de acordo com a representação dos pais, parece não se concretizar na visão dos jovens rurais. Porém, esta realidade não se limita a uma juventude assentada que, por estar exposta a toda sorte que envolve a luta pela terra, encontra-se excluída.

Na realidade, de acordo com Ferrari e Abramovay (2004) em pesquisa realizada no oeste catarinense, cada vez mais os jovens estão deixando a casa dos pais. Dos jovens entrevistados com idade entre 25 e 30 anos, cerca de 70% deles manifestaram o desejo “continuar na agricultura como proprietário” realizando as atividades que aprenderam com os pais. Este fato pode estar ligado, segundo os autores, a um menor grau de instrução que estes jovens possuem, tendo cursado geralmente até o 4º. ano do ensino fundamental, o que não os permitem sonhar com um futuro melhor longe do meio rural (p.239).

Já os mais novos, que ainda estão estudando, não demonstram outra perspectiva se não deixar o meio rural. Esta tendência também perpassa o viés de gênero na medida em que as moças, de um modo geral, manifestam o desejo

de não continuarem a reproduzir o papel de suas mães como parte fundamental da estrutura familiar, e assim, intensificando o êxodo das agricultoras (p. 238).

A simples manifestação do desejo de continuar na terra não é suficiente para garantir a permanência dos jovens agricultores. As estratégias de reprodução social das famílias para viabilizar esta permanência encontram limitações, que vão desde problemas na concessão de créditos até os limites impostos pelos novos modelos de desenvolvimento agroindustrial. O novo modelo tende a privilegiar o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, presente na pequena propriedade e única possível nos assentamentos rurais.

Muitos jovens estão sendo descartados por estas transformações que têm ocorrido no campo. Apesar de serem dotados de um saber aprendido desde a infância, tendem cada vez mais a buscar a cidade como alternativa à falta de renda. Porém, em geral, eles têm baixa escolaridade e por isso mesmo, pouca oportunidade fora do mundo que os educou, conforme destaca José de Souza Martins no prefácio do livro *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar* (2001).

Há entre os jovens um manifesto desejo de permanecer no campo. Já entre as jovens, esta situação se inverte e tem-se uma maioria que pretende deixar de trabalhar na terra. Entre os rapazes, foi notável o desejo de ali permanecer, mas entre as moças fica claro, nas tabelas apresentadas pelos autores, que permanecer na terra para elas parece mais uma fatalidade do que uma opção (p. 42/3). Mesmo assim, não basta apenas o desejo de ficar. É preciso encontrar os meios para garantir um bom futuro como agricultor.

A falta de capital para investimentos e falta de novas oportunidades de geração de renda estão entre as principais dificuldades apontadas pelos jovens

participantes dessa pesquisa, no oeste catarinense. Esta constatação não está distante da realidade vivida por outros jovens agricultores, especialmente os assentados.

De acordo com Abramovay (2004), os jovens, principalmente com idade entre 13 a 18 anos, não manifestam desejo em dar continuidade à profissão de agricultor, principalmente em se tratando das moças que preferem construir um futuro profissional fora da agricultura.

O que está claro nas pesquisas com jovens rurais é que embora uma maioria manifeste o desejo de deixar o campo, porque não consegue ver ali uma possibilidade de futuro melhor, esta mesma maioria afirma que se houvesse condições de trabalho e renda compatíveis com suas aspirações, os resultados certamente seriam diferentes, conforme nos relato de alguns jovens assentados:

O trabalho na terra pra nós jovens não dá. Pro meu pai e pra minha mãe só dá. Mas pra mais pessoas não dá não. Dá pra viver... mas é difícil. Falta mais oportunidade. Tinha que ter outras coisas pra ganhar dinheiro aqui. Então, meu futuro era pensando na terra, mas se não tiver trabalho, meu futuro é na cidade. O que faz a gente querer ir pra cidade também, além de oportunidade de trabalho e renda, é o lazer também. Jovem gosta de lazer. (Weber, jovem do assentamento "Che").

Eu gosto de ficar na fazenda, sabe? Só porque a gente vai crescendo, vai estudando, o espaço vai ficando pequeno pra nós aqui, né? Assim, eu penso assim, igual meu pai, minha mãe ficar aqui, eles já são mais velhos, lá na cidade eles não vão se adaptar. Lá também pra eles... já não tão mais na idade. Mas eles aqui, eu que tá uma área legal, ar puro, como eles falam. E pra nó que está mais na adolescência, a cidade vai indo a gente quer ir. Mercado de trabalho mesmo pede. (Érica, jovem do assentamento "Che").

Pro meu futuro, eu gostaria de continuar na trabalhando na terra, de maneira mais moderna, né? Ter assim, umas vacas melhor de leite, talvez até um maquinário que podia auxiliar a gente no campo. E trabalhar autônomo, que eu acho que é o mais interessante. Que hoje em dia, sei lá. Eu não nunca trabalhei pra patrão nenhum. Eu acho que as vezes a gente agüenta muita humilhação de patrão a toa. Então preferia trabalhar pra mim. Queria ter um pedacinho de terra pra trabalhar. Não que eu ganhasse muito dinheiro, não. Ganhando o suficiente pra viver tava bom. (Marin, jovem do assentamento).

Os jovens assentados reconhecem que o simples fato de se mudar para a cidade em busca de um emprego melhor, não é suficiente para tornar o sonho possível. Ainda seguindo o depoimento do jovem Weber que já fez a experiência de se mudar para a cidade, constatamos esta realidade: “Fui pra cidade por causa da falta de trabalho. Só que a gente vai pra cidade e vê que lá não tá fácil também. Tá bem difícil”.

Neste sentido, entendemos como essencial um estudo mais aprofundado sobre a realidade dos jovens rurais, suas representações sobre o trabalho manifestada na vontade de ali permanecer. Principalmente quando se trata de jovens assentados que passaram por toda uma experiência de luta capaz de conscientizá-los do significado de “lutar pela terra”.

Os jovens do assentamento que não vivenciaram o momento de luta durante o acampamento, e, portanto, não passaram pelo aprendizado coletivo, ou mais precisamente, não foram submetidos aos ensinamentos do MST, costumam ter opiniões diferente daqueles que acompanharam e vivenciaram o momento da luta. É o que podemos perceber na entrevista de Thaís, jovem de 16 anos, filha de assentados, mas que não esteve presente durante o acampamento e atualmente mora na cidade de Itaberáí: “Acho o assentamento muito parado, muita solidão, muito triste. Eu não gosto de lá não. Se Deus quiser eu não quero

voltar nunca mais pra lá”. Isto ressalta mais uma vez a importância dos ensinamentos, da “mística” promovida pelo MST no momento de luta pela terra.

Capítulo IV – De assentados à pequenos produtores: a expectativa dos jovens quanto ao futuro no campo

1 – Terra conquistada – novos desafios

Após a conquista da terra, quando já estão assentados, os trabalhadores rurais têm como novo desafio tornarem-se pequenos produtores, inseridos na chamada “agricultura familiar”. O desafio agora não é mais a posse da terra, mas o difícil aprendizado de tornar-se dono, permanecendo na terra.

Neste momento, apesar da não atuação do MST no processo de consolidação do assentamento “Che”, é inegável a eficácia do processo educativo que os trabalhadores vivenciaram no acampamento, elaborando saberes na luta pela terra, conforme nos relata Pelé, um dos assentados que participou ativamente do movimento: “Nós teve essa educação, orientação porque nós sempre interessou em procurar o pessoal do MST e da CPT que orientava nós”.

As raízes desse processo educativo conduziram, por exemplo, à criação de uma nova associação, com o nome sugestivo de *Liberdade*, sendo presidida por Pelé, um dos assentados mais atuantes desde a época do acampamento. Esta associação recentemente tem melhorado a captação de recursos, tornando possível o sonho, o desejo de permanecer na terra, segundo informação dos próprios assentados.

O INCRA reconhece uma associação como unidade jurídica capaz de representar formal e legalmente o Projeto de Assentamento na defesa dos assentados. Tanto o INCRA como MST concordavam com uma organização mista do trabalho, no caso do assentamento Che. No sistema misto, cada

trabalhador realizaria parte dos dias de trabalho em atividades coletivas e a outra parte, de maneira individual ou com sua família.

No assentamento Che, inicialmente, a maioria dos trabalhadores perdeu o interesse de lutar juntos para alcançarem seus objetivos. Isto pode estar relacionado com o modo como estes trabalhadores vinham tecendo suas relações de trabalho antes de partirem para a luta da terra – relação de subalternidade, além do fato de permanecerem com uma visão tradicional do modo de vida no campo. Para Pelé, esta maneira limitada de pensar o trabalho no campo acaba dificultando a permanência do assentado:

Quando tem curso, por exemplo, muitos não querem participar. Diz que antigamente não precisava. Não vê que hoje é outro tempo. Quando eu era pequeno, morava com meus pais na roça, era uma agricultura mais primitiva, plantava tudo era com a mão, desbravava a terra era na mão. Pessoas mais velhas que era do campo mesmo, hoje tem dificuldade porque o campo já não é mais aquela coisa, é tudo mecanizado. Hoje a terra é como uma pequena empresa. Se você não anota tudo que entra e tudo que sai, naturalmente vai vender seu lote. (Pelé, assentamento “Che”).

Neste depoimento, fica claro a limitação daqueles que ainda possuem uma visão tradicional no modo de trabalhar a terra. Ainda assim, apesar das dificuldades que enfrentam no campo, a grande maioria dos assentados não demonstra desejo em deixá-lo, principalmente os adultos. Em geral, são unânimes em afirmar que a vida no campo é mais saudável, tranqüila, além de garantir o básico para a sobrevivência da família, como podemos verificar novamente nos depoimentos de Sr. Marcelino e Dona Cida, respectivamente:

O assentamento, pra mim, não tem nada ruim não. Tá melhor que cê vivê na rua trabalhando diário. É bem melhor no assentamento. Cê planta, colhe, tira leite, num tem patrão pra te encher o saco. Melhor coisa que tem é isso. Minha vida é dez mil vez melhor aqui. A luta compensou, graças a Deus compensou.

Pra mim também foi bem melhor. Porque na cidade eu nunca entrei numa loja pra comprá um móvel, uma coisa pra casa, nova. Sempre era usado ou ganhado. Depois que nós tá aqui assentado, de dinheiro de leite nós já comprou coisa aqui pra casa. Tem nossas criação. Na cidade a gente num pode criar nada. A única coisa que ruim em assentamento é que o INCRA tinha que ser mais organizado, ter dada assistência melhor pra nós no começo talvez hoje nós taria melhor do que nós já tá.

A representação das novas identidades desses assentados, o reconhecimento deles como cidadãos pelas pessoas da cidade, reforçam ainda mais o desejo de ficar no campo como uma forma de dizer e provar para a sociedade que todo o processo de luta pela terra valeu a pena.

O que os adultos lamentam é o fato de não visualizar um futuro melhor para os filhos no assentamento, como podemos confirmar na fala de Sr. Rafael sobre o futuro de seu filho:

A terra é muito pequena, ele vai estudar pra fazer o quê aqui dentro? Eu não vejo futuro pra ele aqui dentro não. Se a gente conseguir dá um bom grau escolar pra ele... Eu vejo pra mim, que não tenho escola, só até a quinta série, eu vejo um futuro melhor aqui do que lá fora. Agora, se a gente conseguir dá faculdade pra ele, vejo o futuro dele melhor lá fora. (Sr. Rafael, assentamento "Che").

Pessoa (1999) aplicou questionários em três assentamentos distintos: Rio Paraíso, em Jataí; Mosquito e Rancho Grande, em região próxima à cidade de

Goiás, onde se concentra o maior número de assentamentos do Estado. O pesquisador indagava sobre a disposição dos assentados em permanecer na terra e o de desejarem isto também para os filhos.

De modo geral, nos assentamentos analisados, segundo o autor, os assentados respondem positivamente ao desejo de permanência no campo. Quanto ao questionamento sobre a permanência dos filhos de ambos os sexos, mais especificamente sobre a profissão que desejam para eles, juntando “agricultor” e “técnico agrícola”, as respostas chegam a 56,6% a favor de que eles permaneçam.

Mas é interessante ponderar algumas coisas. O Rio Paraíso, por exemplo, é constituído basicamente por pessoas vindas da região Sul, com um índice maior de escolarização, menor número de filhos e desenvolvem atividades mais mecanizadas, destinadas à comercialização. Isto pode ter relação com duas respostas para o item “engenheiro ou advogado”. que aparece nas respostas desses assentados (p.290).

Resumidamente, a expectativa maior de permanência dos filhos na agricultura e de tendência a uma escolarização básica encontra-se nas respostas dos assentados do Rancho Grande e do Mosquito, enquanto o Rio Paraíso apresentou um grande interesse na máxima escolarização e até mesmo na “urbanização” de seus filhos (p. 291). Isto se deve ao fato de que, nos dois primeiros a produção está voltada para uma agricultura mais tradicional, ao passo que no último, já é praticada uma agricultura mais comercial, segundo a análise de Jadir Pessoa.

2 – Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO): uma opção na tentativa de manter nos jovens o interesse pelo trabalho no campo

A educação rural no Brasil sempre foi um problema tratado com pouca importância pelos governos, que tratam com desprezo o trabalhador rural e o pequeno produtor, enquanto supervalorizam o agronegócio.

No Brasil, temos os CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância, que se dividem em EFAs – Escolas Famílias Agrícolas, e CFRs – Casas Familiares Rurais. Ambos possuem suas origens nas *Maisons Familiales Rurales* da França, e posteriormente, da Itália, de acordo com informações de Nascimento (2005).

Em 25 de abril de 1968 surgiu no Brasil a primeira experiência da Pedagogia de Alternância com o nome EFA – Escola Família Agrícola, no estado do Espírito Santo, que foi se expandindo desde então. Pode-se afirmar que, naquele momento, o Brasil, segundo dados do IBGE de 1960, era um país extremamente rural, tendo cerca de 70% de sua população vivendo no campo.

Nascimento (2005), em sua dissertação de Mestrado, procura destacar a importância desta escola na preparação dos jovens agricultores: “As EFAs têm por objetivo pedagógico proporcionar aos jovens do meio rural uma possibilidade de educação a partir de sua realidade, da sua vida familiar e comunitária e das suas atividades. Isto é feito procurando desencadear juntos aos jovens um processo de reflexão e ação que possa transformar essa mesma realidade” (p. 55).

Este modelo de educação diferenciada implantada no Brasil coincide com o auge do regime militar que tinha por objetivo promover o progresso e o

desenvolvimento através da urbanização e industrialização do país. Esta postura trás como conseqüência a modernização do campo e com isto, o êxodo rural, que na década de 80 chegou ao índice de 48% da população se mudando para as cidades e, conseqüentemente aumentando o número de pobres e excluídos.

Quando esta população resolve retomar o caminho de volta – cidade-campo – através das lutas organizadas pelos movimentos sociais como o MST, encontra uma situação não muito distante da anterior, já que atualmente é possível perceber um alto investimento por parte dos grandes proprietários de terra e incentivos do governo na expansão do chamado agronegócio, produção em larga escala destinada principalmente à exportação. Daí uma das possíveis causas da dificuldade dos sem-terra, agora pequenos agricultores, em se fixar novamente na terra.

Os assentados, quando tomam posse da terra estão mobilizados por uma motivação comum, ou seja, todos têm o mesmo objetivo. Porém, com o passar do tempo, vão se individualizando na maneira de conduzir o trabalho na terra.

No assentamento “Che”, por exemplo, houve uma preocupação com a educação dos filhos no sentido de dar continuidade ao trabalho dos pais na agricultura. Neste sentido, os pais buscaram informações sobre o projeto Escola Família Agrícola – EFA – e assim vários filhos destes assentados começaram a freqüentar a EFAGO – Escola Família Agrícola de Goiás – que fica no município da Cidade de Goiás, próximo a Itaberaí, onde foram submetidos a um sistema diferenciado de aprendizagem, chamado Pedagogia da Alternância, cujo objetivo é associar a formação geral com a formação profissional. Esta pedagogia consiste em alternar o tempo de estudo, permanecendo o aluno 15 dias na escola, em regime de internato, e 15 dias em casa com a família.

A EFAGO, segundo Nascimento, inicia suas atividades a partir de 1994, tendo sido pensada desde 1989 como alternativa principalmente aos filhos de assentados da Cidade de Goiás e região, embora também atenda filhos de pequenos proprietários da região.

O trabalho realizado na Escola Família Agrícola, com um estudo voltado para a formação técnica em agricultura, parecia corresponder às expectativas dos pais como forma de manter nos filhos o interesse pela terra já que, além da educação formal, aprendem com a família a valorizar o trabalho na terra e, assim, dar continuidade àquilo que conquistaram: “Eu coloquei meu filho pra estudar lá na escola de Goiás, porque eu queria que ele fosse um técnico agrícola. Mas não tinha transporte direito, eu não tinha como levar, ele acabou tendo que desistir”. (Pelé, sobre a dificuldade de manter o filho na EFAGO).

Para permanecer no campo, as famílias assentadas precisam se adaptar à novas situações que estão em constante mudança. A escolha de uma EFA (Escola Família Agrícola), parece acertada, tendo em vista sua proposta pedagógica diferenciada, mas logo começaram os problemas.

Os alunos do assentamento “Che” reclamam da falta de transporte que tem que ser custeado pela família, o que dificultava muito a regularidade da freqüência. Além disso, deixam claro que o ensino pouco tem de diferenciado, e que na maioria das vezes é idêntico ao que se cursa no ensino médio regular, na cidade de Itaberaí.

Sendo assim, não justifica o gasto excessivo dos pais e os jovens acabam desistindo. “Eu fui estudar lá em Goiás (EFAGO). No começo tava até bom, mas depois foi ficando difícil, não tinha transporte e o ensino foi ficando igual ao de Itaberaí mesmo. Então resolvi vim pra cá mesmo, que tem o transporte da

prefeitura”. (Creoni, jovem assentado, sobre o motivo da desistência de freqüentar uma escola diferenciada).

A EFAGO chegou a ter freqüentando os cursos cerca de 15 alunos do assentamento “Che”, mas atualmente apenas um aluno encontra-se matriculado nesta escola. Nascimento conclui, em sua dissertação, que a EFAGO ainda não atingiu seus objetivos em sua plenitude, deixando a desejar principalmente quanto à aplicabilidade efetiva da pedagogia da alternância que deveria incluir visitas às famílias, o que não tem ocorrido.

Com isso, uma escola que deveria ser alternativa, acaba se voltando para o ensino regular, tradicional e assim, inviabilizando a permanência dos alunos, filhos de assentados ou pequenos produtores. Mas ainda existe a possibilidade de mudança já que a escola encontra-se em sua adolescência. Esta mudança é bem possível porque é desejada por coordenadores, pais e alunos.

3– Aprendendo a permanecer – cursos profissionalizantes

Apesar de reconhecerem as dificuldades, o desejo de que os jovens permaneçam na terra é mais forte por parte dos pais. Dona Cida, por exemplo, nos relata que um de seus filhos já foi embora, mas deixa claras as motivações que o levaram a tomar esta decisão: “Eu penso agora que um dos meus filhos já foi pra cidade, é que o outro vai acabá indo embora daqui também. Eles vai ficando rapaz, cê sabe, a gente não tem como manter eles aqui sem renda. O sonho de todos os jovens daqui é ir embora. Infelizmente é isso”.

Sr. Milton também se declara não muito otimista com relação ao futuro dos filhos no assentamento, destacando além da falta de renda, também a falta de lazer: “O que eu penso pra eles é terminar os estudos e seguir enfrente, pegar um salário melhor na cidade. Meu filho mesmo não gosta daqui. Então é na cidade. Aqui na roça acho que nenhum dos dois (rapaz e moça) tem futuro. Além de não ter renda, eles não têm lazer também. Pros meninos, tem um campim de futebol pra eles intertê um pouquinho, mas pras meninas, não tem nada, coitadas”.

Apesar do pessimismo exposto na entrevista acima, analisando as entrevistas das 15 famílias participantes da pesquisa, a fim de compreender suas expectativas quanto a permanência ou não dos filhos no assentamento, chegamos aos seguintes resultados: 11 delas confirmam o desejo de que os filhos permaneçam no assentamento, apesar de ressaltarem todas as dificuldades; e 4 desejam que os filhos estudem e procure um futuro melhor na cidade.

A Escola-Fazenda de Araçu, desde 2003, vem sendo revitalizada e administrada pela Fundação Pró-Cerrado (FPC), entidade governamental que, em parceria com o Instituto Unibanco, iniciativa privada, está oferecendo cursos de capacitação para os jovens rurais, entre eles, os do assentamento “Che”.

Segundo Letícia Loures, coordenadora do projeto, que vem sendo desenvolvido no assentamento, a FPC, com o intuito de produzir um ensino em linguagem mais simples e acessível, qualificando mão-de-obra, está executando o Projeto Jovem Gestor Rural com o objetivo de melhorar a vida do jovem no campo.

O objetivo deste projeto é a capacitação apropriada à realidade do jovem do campo com a finalidade de promover um desenvolvimento sustentável. Para atingir tal objetivo, o projeto também utiliza a Alternância como estratégia

pedagógica, intercalando um período em salas de aula e outro em casa, com a família. Enquanto estão em sala de aula, o estudo parte da realidade destes jovens, se aprende sobre o trabalho, sobre a vida no campo, as dificuldades enfrentadas pelos jovens para se fixarem na terra.

De acordo com a coordenadora, o Projeto Jovem Gestor Rural busca educar para a vida, preparando jovens de famílias de assentados rurais e agricultores familiares para administrarem pequenas propriedades rurais, de maneira competitiva e sustentada, de forma a garantir níveis crescentes de renda para suas famílias e amenizar o êxodo rural.

O projeto tem funcionado da seguinte forma: o curso tem duração de 560 horas, distribuídas em sete sessões em sala e seis com a família; cada sessão tem duração de duas semanas com quatro horas por dia. O curso tem sido ministrado no próprio assentamento, o que agradou muito os pais, já que os filhos não precisam se deslocar, e também os jovens porque podem conciliar o curso com as atividades desenvolvidas na propriedade.

Há uma constante preocupação da coordenação do projeto em aproximar o estudo oferecido da realidade do aluno, além de procurar envolver toda a família e a comunidade na execução do projeto.

Inicialmente, o objetivo do projeto era atender jovem a partir dos 16 anos. Mas conhecendo realidade do assentamento e levando em consideração o que a comunidade entende por “se jovem”, foram incluídos jovens a partir dos 12 anos de idade. Esta decisão aumentou o número de jovens participando do projeto e agradou aos pais, que o viram como mais um incentivo para permanência dos filhos no campo. Foi a primeira vez que um projeto desta natureza (destinado especialmente aos jovens) aconteceu no assentamento.

Projeto Jovem Gestor Rural tem renovado as expectativas daqueles jovens, inclusive de quem já havia deixado de morar no assentamento para tentar a vida na cidade ou daqueles que só aguardavam uma oportunidade para deixar a terra e buscar outras alternativas. É o caso, por exemplo, do jovem Weber, que já morou em Goiânia tentando conseguir trabalho, porém não obteve êxito e voltou para o assentamento, embora continuasse alimentando o desejo de ir embora. Em entrevista recente, ele manifesta otimismo com relação ao curso:

Se vir as coisas que a professora está falando que vem pra nós, vamos aprender bastante, com certeza. A gente tá aprendendo como se deve viver na terra, eles vai ensinar nós como fazer um projeto pra nós. Se eu souber como fazer esse projeto, posso conseguir recurso pra esse projeto, aí com certeza vai melhorar muito. Eu vejo um futuro bem melhor agora. Tá vindo muitas oportunidades pra cá. Ninguém precisa ir embora. Pode continuar morando com os pais aqui na fazenda mesmo. Quem não sonha em ir morar na fazenda um dia? Acho que todo mundo sonha. (Weber, jovem assentado, agora mais otimista com relação a permanecer no campo).

O otimismo presente na fala deste jovem reflete um sentimento que tem contagiado a maioria dos jovens deste assentamento, como ficou claro em uma conversa informal. Estão participando do curso quarenta jovens, dividido em duas turmas de 20 alunos nos horários matutino e vespertino. A própria divisão das turmas foi feita tentando atender às necessidades dos alunos, para não prejudicar suas atividades laborais.

Durante o Projeto os alunos serão treinados, preparados, qualificados para elaborar projetos que possam melhorar sua renda no campo. Cada aluno será acompanhado por um monitor na elaboração de seu projeto, que deve ser

pensado de acordo com as necessidades e possibilidades de desenvolvimento dentro de sua parcela.

Através deste curso, os jovens do assentamento “Che” tiveram a oportunidade de participarem da Agro Centro-Oeste – 2007. Na ocasião assistiram palestras e participaram de mini-cursos sobre os projetos que pretendem desenvolver no assentamento. Os projetos que mais despertaram interesse dos jovens são: Suinocultura (criação de porcos); Produção de frango e galinha caipira; Piscicultura (criação de peixes); Cadeia leiteira e produção de leite. Portanto, para participarem da feira, os alunos foram divididos em grupos, de acordo com os projetos que pretendem desenvolver no assentamento.

Durante a feira, só foi possível uma conversa rápida e informal com os jovens do assentamento “Che”. Mesmo com esta correria, foi possível perceber o otimismo, o entusiasmo diante das novas oportunidades que vem surgindo.

Para executarem estes projetos, os jovens participantes do curso contarão com créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), recurso do governo para incentivar a pequena produção familiar.

Recentemente, algumas alternativas têm sido pensadas sobre a juventude rural para evitar o êxodo rural desta categoria como vem acontecendo. Um bom exemplo é o primeiro assentamento rural formado por jovens no estado do Piauí, que fica a 200 km de Teresina, com o nome sugestivo de *Paraíso*. Ao contrário do que temos encontrado nos assentamentos (falta de perspectiva dos jovens quanto a vida no campo), os jovens deste assentamento afirmam estar felizes com esta oportunidade. Eles têm idade entre 18 e 23 anos e conseguiram captar recursos do Governo Federal para criar o primeiro assentamento rural só de jovens do

Piauí. Neste grupo de jovens assentados, 13 deles são ex-alunos, formados no curso técnico agrícola da Fundação Santa Ângela (FSA), escola familiar agrícola que oferece educação para filhos de agricultores de baixa renda, semelhante ao que acontece na EFAGO. A iniciativa de se criar o assentamento foi dos próprios jovens que, após trabalharem durante meses em projetos para conseguir recursos e provar a sua sustentabilidade, conseguiram finalmente ter sua própria terra.

É este tipo de desejo de ficar na terra, de tornarem-se pequenos produtores, que parece mover um novo sentimento de pertencimento, de construção da categoria “jovem rural”, e que tem renovado as forças no assentamento “Che”. Toda esta expectativa só poderá ser confirmada após um certo tempo, um distanciamento do que tem ocorrido até agora.

Conclusão – A viabilidade dos Projetos de Assentamento Rural em Goiás

A fazenda Santa Rosa, localizada no município de Itaberaí, onde hoje se encontra o assentamento “Che”, foi palco de um dos mais notáveis processos de ocupação de terras em Goiás. Inicialmente, cerca de 300 famílias se dispuseram a enfrentar todas as dificuldades e os perigos que envolvem a luta pela terra, sob a orientação MST.

Alguns dados do ponto de vista legal devem ser ressaltados sobre o Projeto de Assentamento “Che” (P.A. Che). A área total destinada a este assentamento é de 4.219.3908 ha, onde foram assentadas 106 famílias. O projeto de assentamento foi concluído em conformidade com a Lei Federal 8.629, artigos 18 e 2, que determinam que o título de domínio é inegável, a exploração é pessoal e intransferível. A reforma agrária gera emprego, renda, reduz a pobreza no campo e traz progresso para o município.

Os constantes conflitos com fazendeiros e policiais acabam funcionando como um “filtro” capaz de promover uma seleção daqueles que conseguem realmente chegar ao final. Das 300 famílias aproximadamente no início, somente 106 foram efetivamente assentadas. Deste total, segundo informações dos assentados, cerca de 24 parcelas foram vendidas.

Em todos os processos de luta pela terra organizados pelo MST há uma legítima preocupação com a conscientização dos acampados e a formação de uma identidade coletiva. Um bom exemplo para ilustrar a atuação deste movimento é caso da Fazenda Annoni, localizada na região Norte do Rio Grande do Sul, sub-região denominada Alto Uruguai que envolve parte dos municípios de Sarandi e Pontão.

A ocupação da Fazenda Annoni é mais um dos casos de conflitos violentos de luta pela terra no Brasil. Sua conquista só foi possível através da cooperação de todos os envolvidos na luta pela terra. A formação de uma identidade coletiva possibilitava o êxito nos enfrentamentos com a polícia e promovia a própria sobrevivência do grupo, unida por um ideal coletivo.

Atualmente, os assentados dessa fazenda estão satisfeitos. Alguns escolheram a produção coletiva e outros a familiar, mas ambos concordam que seus produtos devem ser comercializados no coletivo, através de uma cooperativa, com o objetivo de conseguir maior valorização dos seus produtos.

A história desta ocupação, que se tornou mais um conflito com desfecho violento na luta pela terra, pode ser conferida no filme “Da terra ao sonho de Rose”, que descreve toda a saga destes trabalhadores rurais sem-terra. O depoimento a seguir revela a viabilidade da reforma agrária:

A reforma agrária é um conjunto de medidas que garante o acesso à terra, a desapropriação do latifúndio pra que possibilite esse acesso, crédito pra que esse assentado possa conseguir produzir e si manter na terra, educação aos filhos dos assentados. É saúde a esses assentados. É um conjunto de medidas necessárias, de mudanças, de políticas pro campo. Nós acreditamos que se houvesse mais apoio de uma política global do governo era possível que nessa vida todo trabalhador, pequeno produtor conseguiria não deixar o campo e ir pra cidade, viver uma vida ilusória. (Darci, assentamento da fazenda annoni).

Na luta pela terra tem-se a constituição de novas sociabilidades na vida em comunidade. Segundo Sérgio Sauer (2002 p.3292), “esta luta – além de garantir bem estar social e melhoria das condições de vida – é também impulsionadora de transformações culturais, simbólicas e representacionais, gestando novos valores

e resignificações”. Ainda de acordo com Sauer, isto cria novas perspectivas para o mundo rural possibilitando a construção de uma nova ruralidade, passando pela valorização do ambiente (sustentabilidade), do lugar (reterritorialização) e entre as pessoas (sociabilidade).

Dentro destas novas perspectivas apontadas por Sauer, é possível perceber no assentamento “Che” que, para se viver no campo, sobrevivendo da renda que vem do campo, é preciso repensar alguns conceitos, rever alguns valores.

De um modo geral, os assentamentos surgem, ou antes disso, a luta pela terra se concretiza como forma de resgatar direitos perdidos ao longo de todo um processo de exclusão. Neste embate, o mais forte argumento daqueles que se dispõem ao enfrentamento desta luta é a busca por uma terra de trabalho, sem fins comerciais. Os que tomam esta decisão são os pais, os adultos enfim. Mas estes não partem para a luta sozinhos; levam consigo a família: mulher, filhos e filhas.

Todo projeto de assentamento tem em vista a preservação da unidade familiar como forma de garantir a reprodução da mesma. Porém, o que se observa após um certo período de conclusão do assentamento, é o envelhecimento e, conseqüentemente, o empobrecimento das famílias que ainda permanecem assentadas. Os filhos não têm dado continuidade nos projetos dos pais nos assentamentos. Em geral, tendem a deixar cada vez mais cedo o trabalho no campo.

Na tentativa de compreender esta realidade, de por que os jovens não procuram dar continuidade ao trabalho dos pais no assentamento, surgiu o interesse pelo tema desta dissertação. Compreender o que leva os jovens, que

deveriam ser os sucessores dos pais no assentamento, a decidirem entre permanecer ou sair do meio rural, tornou-se nossa principal preocupação.

No assentamento pesquisado, por se tratar de uma categoria em constante mudança – juventude – procuramos compreender o que mais influencia suas decisões entre sair ou ficar. Uma das principais dificuldades apontadas pelos jovens para permanecer no assentamento referem-se a questões de lazer, por exemplo, além da dificuldade de transporte quando estão estudando.

Os jovens, tanto rapazes quanto moças, argumentam que nesta idade, neste momento específico de suas vidas, precisam se divertir, desejam “curtir a vida”, e no assentamento, isto é muito difícil, especialmente para as moças, de acordo com as entrevistas a seguir:

Eu acho que jovem quer mais é lazer, né? Muiiito. Então acho que isto influencia a gente, porque cê tá aqui, tem uma festa, cê que ir, não tem jeito. Daqui até Itaberaí não tem jeito, a gente fica com vontade. Fica pensando: - Se eu tivesse morando na cidade eu podia ir na festa... (Érica, jovem do assentamento Che).

Aqui no assentamento não tem muita opção de lazer, né? Mas pros rapazes ainda tem o futebol. Agora pra menina mulher igual eu assim, não tem nenhum tipo de diversão. Às vezes, assim, reuni as meninas, vamos na Igreja. Nem sempre junta todas. Quando tem uma festinha, juntamos a turma e vamos. Mas isso é muito difícil de acontecer. (Cristina, jovem do assentamento Che).

Além da falta de lazer, o que realmente os faz pensar em sair são as questões que envolvem trabalho e renda no assentamento. O processo de modernização da agricultura faz aumentar a produtividade em larga escala, o que dificulta a reprodução da agricultura familiar, típica dos assentamentos.

Os jovens do assentamento manifestam, em suas entrevistas, que desejam permanecer no campo atuando na produção familiar mas que, ao mesmo tempo, também são atraídos pelas possibilidades de uma vida melhor na cidade, devido à quase impossibilidade de aumento da renda no assentamento, conforme acompanhamos na entrevista com o jovem Weber: “Eu acho que quase a maioria dos jovens, nenhum se pudesse escolher, não queria ficar na roça. Porque eu acho que ninguém quer ficar na roça, porque não dá futuro, eu acho. A terra é muito pequena. O trabalho na terra, pra nós jovem, não dá. O jovem quer mais é ir pra cidade grande, ter renda melhor, emprego melhor”.

O fato de a terra ser pequena, e diante da impossibilidade financeira dos pais em adquirir novas terras, resta aos jovens, seus sucessores, a diversificação produtiva, ampliando novas formas de produção em que possam aumentar a renda da família.

Neste sentido, iniciativas como o Programa Jovem Gestor Rural, têm trazido um novo alento, criando novas perspectivas que podem contribuir com a permanência do jovem no campo, fortalecendo a agricultura familiar. Esta atitude é vista como positiva, já que a categoria *Jovem Rural*, geralmente, não se encontra na pauta de prioridades por parte do poder público, nem tão pouco faz parte dos programas sociais destinados à categoria juvenil.

Segundo Durston (1998), existem poucos organismos especializados no trabalho com jovens rurais, e assim, fica difícil criar atividades destinadas à categoria jovem no desenvolvimento rural. Esses jovens são visto, de acordo Durston, como uma categoria “invisível”, assim como foi com as mulheres há alguns anos atrás.

Tendo o jovem como enfoque importante no desenvolvimento rural, e para superar a pobreza no campo, deve-se levar em conta três atividades básicas: a capacitação, o apoio à agricultura familiar e o fortalecimento da pequena propriedade rural, segundo Durston.

Com relação à capacitação, o autor argumenta que os jovens rurais hoje possuem um nível educacional mais alto que o dos pais, portanto, são mais flexíveis a novas estratégias e situações diversas.

No terreno da agricultura familiar, ponto chave dos programas de apoio aos pequenos produtores, o tema da sucessão é digno de destaque. Se a agricultura familiar é vista como uma pequena empresa, aqueles que a sucedem além de herdarem a terra herdam também o aprendizado do ofício de agricultor.

No assentamento Che, com este curso que ainda está em andamento, começa a se desenhar uma nova perspectiva para os jovens e também para os pais, como o fortalecimento da agricultura familiar, podendo agora contar com a participação dos filhos nas atividades da parcela, já que eles têm manifestado o desejo de permanecer no campo.

Na conclusão desta dissertação, observamos que tanto do ponto de vista das famílias (adultos) entrevistadas, quanto dos jovens, a conclusão é de que, apesar de todas as dificuldades a que estiveram expostos, a luta por uma terra de trabalho valeu a pena. Nilton, jovem assentado que atualmente mora e trabalha na cidade de Itaberaí, ficando na parcela somente nos finais de semana, não deixa de ressaltar a satisfação em conquistar a terra: “Essa terra, a gente olha pra ela e vê que o sofrimento que a gente teve quando tava no acampamento deu resultado, né? Assim, que a gente não ficou debaixo de uma barraca pra nada”.

Os assentamentos surgem como forma de garantir a produção e reprodução da vida familiar. Neste sentido, as representações que os pais constroem sobre a vida no campo depois de assentados, não se concretizam na realidade. As dificuldades vão surgindo e a maior delas refere-se a permanências dos filhos no assentamento.

As famílias preferem deixar a denominação *assentadas* e passam a se auto denominar *pequenos produtores* com vista a desenvolver uma agricultura familiar. E se perderem a força de trabalho dos filhos, a reprodução financeira da unidade familiar fica comprometida.

Por outro lado, a saída dos jovens do campo a fim de encontrar emprego na cidade é reconhecidamente temerosa, porque o mercado de trabalho no meio urbano também não tem conseguido absorver todo o contingente da demanda. Já com vistas a essa problemática, alguns jovens, como nos relata Marim recorrendo a um informante de sua pesquisa, preferem mesmo é ficar no campo: “O futuro da gente, brasileiro não vai muito longe não. Tem muita universidade e não tem emprego. Então eu penso muito, gastar dinheiro com estudo, tanto sacrifício pra nada? Então é ficar quieto aqui mesmo. O futuro tá bom, ficar aqui... Vou levando a vida assim”.

A opção “permanecer na terra” já foi muito rejeitada pelos jovens que sempre ressaltam como o principal motivo desta decisão a falta de renda no campo, especialmente para eles, mais jovens. Com as novas oportunidades que vem surgindo, existe um desejo manifestado pelos jovens de continuar na terra e procurar obter a renda que necessitam, trabalhando junto com a família.

Concluimos que para consolidação de um Projeto de Assentamento, para a garantia do seu sucesso, é preciso ir além da simples concessão do título de

posse da terra. É preciso manter nos assentamentos um acompanhamento técnico especializado, levando-se em consideração o tempo que, em geral, a maioria dos assentados estiveram fora do trabalho na terra; criar linhas de créditos compatíveis com a pequena produção, única possível em assentamentos.

De todos os incentivos, o mais importante e que foi tema central desta dissertação, refere-se a juventude rural, às políticas públicas destinadas a ela como forma de tornar viável os assentamentos não somente às primeiras gerações (pais), mas às segundas (jovens), e quem sabe até às terceiras (netos).

Todos os entrevistados (pais e jovens), admitem ter interesse em permanecer na terra que conquistaram com muita luta. Os pais, quando partem para a luta da terra têm como objetivo maior a garantia de sobrevivência da família, já que na cidade viviam em condições precárias. Portanto, o fato de terem feito o caminho cidade-campo na tentativa de amenizar as dificuldades do cotidiano da cidade, desencoraja os filhos a fazerem o percurso contrário, campo-cidade, pois a situação na cidade não se modificou, no que se refere à oferta de trabalho para egressos do campo.

A implantação de um assentamento deve prever com muita cautela a viabilidade deste a curto, médio e longo prazos, respeitadas as condições de cada região. Após longas tentativas, por vezes violentas, de se promover a reforma agrária no Brasil, cada dia fica mais claro que para resolver as questões dos agricultores sem terra, é preciso articular um desenvolvimento rural eficiente com a finalidade de se conseguir apoio e boa vontade dos órgãos governamentais, e também o reconhecimento de toda a sociedade civil.

A reforma agrária pode ser uma alternativa eficiente para se evitar o inchaço das grandes cidades, tal como ocorreu nas décadas de 60 e 70. O contingente de migrantes não consegue ser absorvidos pelo mercado de trabalho urbano, ficando marginalizados, aumentando o número de excluídos.

Referência bibliográfica

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. *Terras de Goiás: estrutura fundiária em Goiás – 1850-1920*. Goiânia: UFG, 2003.

AMADO, Wolmer Therezio. *A Igreja e a questão agrária no centro-oeste do Brasil: 1950-1968*. Goiânia: UCG, 1996.

BELEZIA, Eva Chow. *Cooperativa-escola nas escolas técnicas agrícolas – instrumentos para a formação do técnico da área agropecuária*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL. 6., 2002. Porto Alegre. *Anais: Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (CD-ROM).

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A profissão do sociólogo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____ *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____ *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____ *As estruturas sociais da economia*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. São Paulo: FTD, 1990.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do rio bonito*. 5 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Kelps, 1998.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trompas*. Goiânia: Editora UFG, 1988.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa brasileira*. ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, M. Pedro Paulo (org). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____ O ideal Rurbano: Campo e Cidade no Imaginário dos Jovens Rurais. In: *Mundo Rural e Política*. Teixeira da Silva, F.C. (orgs). Ensaio Interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. *Jovens pobres e futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza*. Niterói: Intertexto, 2001.

CAUME, David José. *A agricultura familiar no Estado de Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2005. Disponível em <http://www.unicamp.br/biblioteca_digital>. Acessado em 06/04/07.

DA terra ao sonho de Rose. Direção e produção: Tetê Moraes. Narração: Lucélia Santos. Roteiro: Antônio Carlos da Fontoura. Música: Chico Buarque. Brasil: Videolar, 1987/2000. DVD duplo (117 min), colorido. Documentário. Produzido por Videolar.

DAVID, César De. CORRÊA, Walquíria Krüger. A política agrária e as transformações na agricultura brasileira – de 1960 aos dias atuais. *In: Geosul*: Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 33, jan./jun. 2002. ISSN 0103-3964.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de expansão para o Oeste*. 1974. 163f. Tese (Doutorado em História). Goiânia: UFG, 1974.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DURSTON, John. *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago do Chile, 1998. (Serie Políticas Sociales, n. 28). Disponível em <www.cepal.org> Acessado em 27/11/06.

FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra – experiência e lutas no Paraná*. Cascavel, PR, 2001.

FERRARI, Dilvan Luiz. ABRAMOVAY, Ricardo. SILVESTRE, Márcio Antonio de Mello. TESTA, Vilson Marcos. *Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? In: Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ, v. 12, n. 2, outubro 2004. ISSN 1413-0580.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FLORESTA, Leila. *Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para a revolução?* 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2006. Disponível em <[http://www.unicamp.br/biblioteca digital](http://www.unicamp.br/biblioteca%20digital)>. Acessado em 06/04/07.

FRIGOLTO, Galdart. O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo. In: GENTILI, Pablo (Org.). *A cidadania negada*. Cortez, 2001.

GUANZIROLI, Carlos. Reforma agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. In: MEDEIROS, Leonilde (Org.). *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.

GUARESCHI, Pedrinho A (Co-autor). JOVCHELOVITCH, Sandra (Co-autor). *Textos em representações sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança rural. In: *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JODELET, Denise (Org.). Representações sociais: um domínio em expansão. DOISE, Willem. Atitudes e representações sociais. In: *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2001.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

JONES, Alberto da Silva. et al. A política de Assentamento do Governo e o MST: Um entendimento necessário e difícil. *Economia Rural*, Viçosa - MG, ano 8, nº 4, p. 28-31, out./dez. 1997.

MACHADO, Ilma Ferreira. *A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral*. 328 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2003. Disponível em <http://www.unicamp.br/biblioteca_digital>. Acessado em 06/04/07.

MARIN, Joel Orlando B. *Crianças do trabalho*. Goiânia: Editora UFG: Brasília: Plano, 2005.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. *Infâncias (pré) ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: Plano, 2001.

MARTINS, José de Sousa. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____ *Reforma agrária – o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____ *Regimar e seus amigos: A criança na luta pela terra e pela vida*. In: *Fronteiras – A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____ *A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MENDES, E.P.P. *A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2005. Disponível em <<http://www.unesp.br>>. Acessado em 06 de abril de 2007.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org.) *Pesquisa social: Teoria Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura: um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família Agrícola de Goiás – EFAGO*. 2005. 321f. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de

Campinas, Campinas. 2005. Disponível em <[http://www.unicamp.br/biblioteca digital](http://www.unicamp.br/biblioteca_digital)>. Acessado em 06/04/07.

NEVES, Delma Pessanha. *A perversão do trabalho infantil*. Niterói: Intertexto, 1999.

NETO, Luiz Bezerra. *Sem Terra Aprende e Ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1998*. Disponível em <[http://www.unicamp.br/biblioteca digital](http://www.unicamp.br/biblioteca_digital)>. Acessado em 06/04/07.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

PINHEIRO, Ana Maria. *Assentamentos de Reforma Agrária em Goiás: processos de organização*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

REIS, Moacir José dos, *Fazenda Santa Rosa: um conflito agrário em Goiás*. 1999. 63 f. Monografia de História. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG, Goiânia, 1999.

SAUER, Sérgio. *Terra e Modernidade: a aventura das lutas pela construção de uma nova ruralidade*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA

DE SOCIOLOGIA RURAL. 6., 2002. Porto Alegre. *Anais: Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (CD-ROM).

SOUSA, E. L., DUQUE, G. *De geração a geração: um estudo sobre a disposição dos jovens em assumirem o trabalho agrícola*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL. 6., 2002. Porto Alegre. *Anais: Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (CD-ROM).

WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores e o processo de trabalho da agricultura familiar*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL. 6., 2002. Porto Alegre. *Anais: Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. (CD-ROM).

WHITAKER, Dulce C. A. *Ideologia e práticas culturais: o controle dos trabalhadores da cana*. Tese de Doutorado, USP, 1984.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro.; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processo de sociabilização. In: MEDEIROS. Leonilde. (Orgs.) *Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994.

ANEXOS